



mangualde
município

CADERNO DE ENCARGOS

**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO E
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO N.º 5386 “BAIRRO COMERCIAL DIGITAL
MANGUALDE”, APROVADO NO ÂMBITO DOS BAIRROS COMERCIAIS
DIGITAIS (PRR)**

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL
DA UNIÃO EUROPEIA**

(Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação *atual*)

ÍNDICE

PARTE I - Cláusulas Gerais	1
Capítulo I – Disposições Gerais	1
Cláusula 1. Identificação e objeto do procedimento	1
Cláusula 2. Entidade pública contratante	2
Cláusula 3. Local da execução	2
Cláusula 4. Representantes das partes	2
Cláusula 5. Celebração do contrato	2
Cláusula 6. Interpretação dos documentos que regem a aquisição de serviços na execução contratual	3
Cláusula 7. Prazo de obrigação de manutenção das propostas.....	3
Cláusula 8. Prazo de vigência do contrato e prazo de execução	3
Capítulo II – Obrigações Contratuais	4
Secção I – Obrigações do Adjudicatário	4
Subsecção I – Disposições gerais	4
Cláusula 9. Obrigações do adjudicatário.....	4
Cláusula 10. Conformidade dos bens a entregar	5
Subsecção II – Dever de sigilo	5
Cláusula 11. Dever de sigilo	5
Cláusula 12. Prazo do dever de sigilo.....	6
Secção II – Obrigações da Entidade Adjudicante	6
Cláusula 13. Obrigações da Entidade Adjudicante	6
Cláusula 14. Preço contratual	7
Cláusula 15. Condições de pagamento	7
Cláusula 16. Segurança, higiene e saúde no trabalho	8
Capítulo III – Penalidades contratuais e resolução.....	8
Cláusula 17. Penalidades contratuais	8

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO N.º 5386 “BAIRRO COMERCIAL DIGITAL MANGUALDE”, APROVADO NO ÂMBITO DOS BAIRROS

COMERCIAIS DIGITAIS (PRR)

Cláusula 18.	Força maior	9
Cláusula 19.	Resolução por parte da Entidade Adjudicante	10
Cláusula 20.	Resolução por parte do Adjudicatário	10
Capítulo IV – Caução e seguros.....		10
Cláusula 21.	Execução, reforço e liberação da caução	10
Cláusula 22.	Responsabilidade civil e seguros	11
Capítulo V – Resolução de litígios.....		11
Cláusula 23.	Foro competente	11
Capítulo VI – Disposições finais		11
Cláusula 24.	Subcontratação e cessão da posição contratual	11
Cláusula 25.	Implementação, manutenção e garantia	12
Cláusula 26.	Equivalência técnica	13
Cláusula 27.	Outras condições	13
Cláusula 28.	Idioma	13
Cláusula 29.	Comunicações e notificações	13
Cláusula 30.	Contagem dos prazos	13
Cláusula 31.	Gestor do contrato	13
Cláusula 32.	Encargos do concorrente.....	14
Cláusula 33.	Legislação aplicável.....	14
PARTE II – Cláusulas Técnicas.....		15
Cláusula 34.	Enquadramento	15
Cláusula 35.	Especificações Técnicas	18
PARTE III – Cláusulas de Proteção de Dados.....		61
Cláusula 36.	Definições e Interpretação	61
Cláusula 37.	Princípios Gerais	61
Cláusula 38.	Obrigações Gerais.....	62

Cláusula 39.	Obrigações Específicas do Prestador em Matéria de Proteção dos Dados	
Pessoais		62
Cláusula 40.	Obrigações da Câmara Municipal de Mangualde.....	64
Cláusula 41.	Responsabilidades	64
Cláusula 42.	Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados.....	64
Cláusula 43.	Violações de Segurança de Dados e Requisitos de Notificação	65
Cláusula 44.	Incumprimento	65
Cláusula 45.	Cláusula Informativa	66

PARTE I - Cláusulas Gerais

Capítulo I – Disposições Gerais

Cláusula 1. Identificação e objeto do procedimento

1.1. O presente concurso é identificado pela designação interna “Aquisição de bens e serviços para o desenvolvimento e implementação do Projeto n.º 5386 “Bairro Comercial Digital Mangualde”, aprovado no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais (PRR)”.

1.2. O presente Caderno de Encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar na sequência de concurso limitado por prévia qualificação, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos do preceituado na alínea d) do n.º 1 do artigo 16.º e do artigo 162.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, (doravante CCP), que tem por objeto a “Aquisição de bens e serviços para o desenvolvimento e implementação do Projeto n.º 5386 “Bairro Comercial Digital Mangualde”, aprovado no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais (PRR)”.

1.3. O objeto do presente Concurso insere-se para efeito de classificação, conforme Vocabulário Comum para Contratos Públicos (CPV), no código 48400000-2 pacote de software para transações comerciais e pessoais, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L74, de 15 de março de 2008.

1.4. Os bens e serviços a adquirir/prestar terão de sê-lo de acordo com as especificações técnicas melhor identificadas e definidas ao longo deste caderno de encargos e, designadamente, na parte II – Cláusulas Técnicas.

1.5. Os contratos a celebrar terão como limite o preço contratual que resulta da parcela de bens e serviços sujeitos a adjudicação, sendo que os bens e serviços a pagar corresponderão apenas aos efetivamente adquiridos e prestados.

1.6. Da eventual redução do consumo de bens e serviços, quando comparados com os tidos como referência para efeitos de avaliação, ordenação e adjudicação da proposta, não resultará qualquer compensação ou indemnização para a entidade adjudicatária.

1.7. O objeto do concurso poderá, excecionalmente, ser estendido ou reduzido, no que respeita aos bens a adquirir e serviços a prestar, a partir da referência das quantidades estimadas para efeitos de avaliação das propostas, e que constam dos Anexos do Programa do Procedimento, sempre que ao longo do período de vigência contratual surjam situações que o justifiquem, observando-se no caso de ampliação de bens e serviços objeto do contrato todo o conjunto de regras, requisitos técnicos e preços acordados previamente.

Cláusula 2. Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município de Mangualde sito no Largo Dr. Couto 102, com o código postal 3530-134 Mangualde, com os números de telefone 232 619 880 e de fax 232 623 958, endereço de correio eletrónico geral@cmmangualde.pt, e NIPC 501262997.

Cláusula 3. Local da execução

Os bens e serviços a adquirir/prestar terão de sê-lo no concelho de Mangualde, de acordo com as localizações descritas na tabela que consta da Parte II – Cláusulas Técnicas, deste Caderno de Encargos.

Cláusula 4. Representantes das partes

4.1. Cada uma das partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do contrato.

4.2. Antes do início da execução do contrato será realizada reunião com os representantes de cada uma das partes.

Cláusula 5. Celebração do contrato

5.1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos, celebrando-se por escrito.

5.2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a)** Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c)** O presente caderno de encargos;
- d)** A proposta adjudicada;
- e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

5.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

5.4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto 5.2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no *artigo 99.º*, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no *artigo 101.º* desse mesmo diploma legal.

Cláusula 6. Interpretação dos documentos que regem a aquisição de serviços na execução contratual

6.1. Qualquer dúvida surgida na interpretação de documentos contratuais, regulamentares ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações deve ser colocada por escrito com a maior antecedência possível.

6.2. Se as dúvidas ocorrerem após o início da prestação de serviços, o Prestador de Serviços deve formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.

6.3. A falta de cumprimento dos deveres referidos torna o Prestador de Serviços responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

Cláusula 7. Prazo de obrigação de manutenção das propostas

O concorrente é obrigado a manter a sua proposta pelo prazo 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovável por iguais períodos, salvo comunicação dos concorrentes.

Cláusula 8. Prazo de vigência do contrato e prazo de execução

8.1. O contrato terá o início da produção de efeitos na data de celebração do contrato, e vigorará até à data de término da candidatura, cuja data previsível é 30 de setembro de 2025.

8.2. O adjudicatário terá de cumprir os prazos de implementação nos termos previstos na Cláusula 25.^a do presente Caderno de Encargos.

8.3. Os prazos são contados em dias seguidos, incluindo sábados, domingos e feriados, a vigorar desde a data de assinatura do contrato.

8.4. O prazo previsto no n.º 1 da presente cláusula pode ser prorrogado por iniciativa da Entidade Adjudicante ou a requerimento do prestador de serviços, desde que devidamente fundamentado.

8.5. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão do serviço, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II – Obrigações Contratuais

Secção I – Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I – Disposições gerais

Cláusula 9. Obrigações do adjudicatário

9.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a)** As obrigações definidas na Parte II – Cláusulas Técnicas, deste Caderno de Encargos;
- b)** Obrigação de supervisão dos serviços;
- c)** Obrigação de prestação de informação;
- d)** Obrigação de garantir a adequada entrega do bem e a boa prestação do serviço;
- e)** Obrigação de proceder à entrega dos bens e à instalação dos serviços no prazo fixado;
- f)** Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante.

9.2. Decorrem, ainda, para o adjudicatário, as seguintes obrigações específicas para com a entidade adjudicante:

- g)** Executar o objeto do contrato, conforme as condições definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- h)** Obriga-se a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- i)** Não alterar as condições de fornecimento de bens ou da prestação de serviços, salvo nos casos expressamente previstos neste caderno de encargos;
- j)** Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento dos bens ou prestação dos serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- k)** São da inteira responsabilidade do adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da execução do objeto do contrato e da utilização dos equipamentos, que respeitem a quaisquer normas de segurança, designadamente em relação às pessoas, patentes, licenças, marcas e outros direitos de propriedade;

- l)** Obrigação de apresentar, sempre que se julgue necessário, um relatório com a evolução de todas as operações e obrigações emergentes do contrato;
- m)** Obrigação de comparecer às reuniões de coordenação com os técnicos das entidades adjudicantes, sempre que se julgue necessário;
- n)** No final da execução do contrato, o adjudicatário poderá ainda ter de elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridas em cada fase da execução do contrato, sendo que todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário terão de ser integralmente redigidos em língua portuguesa.

Cláusula 10. Conformidade dos bens a entregar

10.1. O prestador do serviço obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II – Cláusulas Técnicas, do presente Caderno de Encargos, durante a vigência do contrato.

10.2. Os serviços do contrato devem ser executados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todos os bens e equipamentos necessários à sua boa execução.

10.3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

10.4. 4. O prestador de serviços é responsável perante o Município de Mangualde por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que se verifiquem, até ao momento em que os mesmos são colocados à disposição deste.

10.5. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

Subsecção II – Dever de sigilo

Cláusula 11. Dever de sigilo

11.1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Mangualde, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

11.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

11.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12. Prazo do dever de sigilo

12.1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco (5) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II – Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 13. Obrigações da Entidade Adjudicante

13.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Município de Mangualde obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, tendo presente as características técnicas constantes da Parte II – Cláusulas Técnicas, deste Caderno de Encargos, e da proposta adjudicada, com diligência e zelo, próprios das melhores práticas;

13.2. Constituem, ainda, obrigações do Município as seguintes, a saber:

- o)** Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- p)** Monitorizar a execução contratual, durante o prazo contratual que consta da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos;
- q)** Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- r)** Proceder ao pagamento dos serviços / bens que lhe sejam prestados;
- s)** A entidade adjudicante deve fornecer ao adjudicatário a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.

Cláusula 14. Preço contratual

14.1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Mangualde deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, não podendo o mesmo exceder o montante global de 590 850,45 € (quinhentos e noventa mil, oitocentos e cinquenta euros e quarenta e cinco centimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

14.2. Serão excluídas as propostas que apresentem um preço contratual superior ao indicado no número anterior, nos termos da *alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do CCP*.

14.3. Nos termos do *artigo 35.º-A do CCP*, foi realizada consulta preliminar ao mercado, através de correio eletrónico, a várias entidades, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base estabelecido no presente procedimento, em conformidade com o disposto no *n.º 3 do artigo 47.º do CCP*.

14.4. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

14.5. O preço referido na presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de fornecimento, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

14.6. Os preços unitários adjudicados serão aplicáveis aos bens e serviços objeto do contrato, ficando vedada qualquer possibilidade de revisão de preços que implique qualquer acréscimo dos mesmos.

14.7. O contrato terá sempre como limite o preço contratual que resulta da parcela de bens e serviços adjudicados, sendo que os bens e serviços a pagar corresponderão apenas aos bens efetivamente entregues e aos serviços efetivamente prestados.

Cláusula 15. Condições de pagamento

15.1. A quantia devida pelo Município deve ser paga no prazo máximo de 30 dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após vencimento da obrigação respetiva.

15.2. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas com uma antecedência mínima de 10 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento.

15.3. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos 10 dias úteis subsequentes à apresentação da correspondente fatura.

Cláusula 16. Segurança, higiene e saúde no trabalho

16.1. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal afeto à prestação de serviços, correndo por sua conta os encargos que resultem do incumprimento de tais obrigações.

16.2. As entidades adjudicantes podem, sempre que entenderem por conveniente, exigir prova documental dos registos dos trabalhadores abrangidos pelo número anterior, tendo o adjudicatário de fornecê-la no prazo de 10 (dez) dias.

16.3. O incumprimento da exigência estabelecida no ponto um da presente cláusula, constitui fundamento de resolução do contrato.

Capítulo III – Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 17. Penalidades contratuais

17.1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento (até ao montante máximo de 20% (vinte por cento) do valor contratual), nos termos do elencado no *artigo 329.º do CCP*, do seguinte modo, a saber:

17.1.1. Pelo incumprimento de qualquer das obrigações previstas nas cláusulas técnicas ou outras deste caderno de encargos, até 10% (dez por cento) do preço contratual;

17.1.2. Por todos os danos ou prejuízos causados às entidades adjudicantes e resultantes de quaisquer erros ou omissões decorrentes dos trabalhos objeto do contrato, até 10% (dez por cento) do preço contratual;

17.1.3. Pelo incumprimento dos prazos estipulados nas cláusulas 8.ª e 24.ª do presente Caderno de Encargos, por causa imputável ao Prestador de Serviços, o Contraente Público pode aplicar uma sanção de até 10% (dez por cento) do preço contratual.

17.2. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (vinte por cento) e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite estipulado no ponto anterior é elevado para 30% (trinta por cento).

17.3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% (dez por cento) do preço contratual.

17.4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário nos termos do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

17.5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

17.6. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

17.7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18. Força maior

18.1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

18.2. Podem constituir força maior, os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

18.3. Não constituem força maior, designadamente as:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

18.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

18.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19. Resolução por parte da Entidade Adjudicante

19.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do CCP, o Município de Mangualde poderá resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:

- a)** Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos ao longo do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
- b)** Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.

19.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de bens e/ou serviços, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 20. Resolução por parte do Adjudicatário

20.1. O prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no *artigo 332.º do CCP*.

20.2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de bens e/ou serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o *artigo 444.º do CCP*.

Capítulo IV – Caução e seguros

Cláusula 21. Execução, reforço e liberação da caução

21.1. A caução prestada pela entidade adjudicatária para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos nas peças do procedimento, pode ser executada pelas entidades adjudicantes, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pela adjudicatária das obrigações contratuais ou legais, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

21.2. O disposto no número anterior não é prejudicado pela eventual resolução do contrato pelas entidades adjudicantes.

21.3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após ter sido notificado para esse efeito.

21.4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do *artigo 295.º do CCP*.

Cláusula 22. Responsabilidade civil e seguros

22.1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à prestação do serviço que integram o objeto do presente procedimento.

22.2. As entidades adjudicantes podem, sempre que entenderem conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-los no prazo de 5 (cinco) dias.

22.3. Os seguros devem nomeadamente cobrir os seguintes riscos:

- c)** Responsabilidade civil;
- d)** A obrigação de indemnizar terceiros;
- e)** Vida, saúde e integridade física das pessoas a seu cargo.

22.4. O incumprimento da exigência estabelecida no ponto um, da presente cláusula, pode constituir fundamento de resolução do contrato.

Capítulo V – Resolução de litígios

Cláusula 23. Foro competente

23.1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI – Disposições finais

Cláusula 24. Subcontratação e cessão da posição contratual

24.1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante, nos termos do *artigo 319.º do CCP*.

24.2. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o Adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos *n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP*, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.

24.3. A subcontratação está vedada nas seguintes situações:

- f)** Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
- g)** Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no *artigo 55.º do CCP*;
- h)** Quando existem fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

24.4. A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

24.5. Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.

24.6. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.

24.7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.

Cláusula 25. Implementação, manutenção e garantia

25.1. Todas as soluções identificadas na Parte II – Cláusulas Técnicas, do presente Caderno de Encargos, têm de ser instaladas (disponibilizadas e configuradas), no máximo, após 90 (noventa) dias da data de celebração do contrato.

25.2. Todos os sistemas e equipamentos têm de estar em plena capacidade de uso nos 24 (vinte e quatro) meses subsequentes ao término do contrato.

25.3. Não será aplicado à entidade adjudicante quaisquer custos adicionais pelo uso ou manutenção dos sistemas e equipamentos instalados nos 24 (vinte e quatro) meses subsequentes ao término do contrato, devendo o nível de uso e atualização não ser colocado em causa.

Cláusula 26. Equivalência técnica

Nos termos do disposto no *n.º 9 do artigo 49.º do CCP*, sempre que se verifiquem quaisquer menções a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção deve considerar-se, em tais casos, a menção “ou equivalente”.

Cláusula 27. Outras condições

Considerando as limitações do Aviso n.º 12-C16-i02-2023, no seu ponto 6.1, o preço (sem IVA) das soluções previstas na Parte II – Cláusulas Técnicas, do presente Caderno de Encargos, relativamente a monitorização e sustentabilidade ambiental e sistema de alarmística, estas não poderão ultrapassar 15% (quinze por cento) do montante global da proposta.

Cláusula 28. Idioma

A cotação a apresentar, bem como todos os demais documentos produzidos pelo adjudicatário devem ser redigidos e apresentados em língua portuguesa, com exceção das fichas técnicas, manuais e certificações, que poderão ser entregues em língua inglesa.

Cláusula 29. Comunicações e notificações

29.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.

29.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 30. Contagem dos prazos

30.1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, obedecendo a sua contagem às regras previstas no *artigo 471.º do CCP*.

Cláusula 31. Gestor do contrato

31.1. Em cumprimento do disposto no *artigo 290.º-A do CCP*, o Município de Mangualde designará um gestor do contrato, que terá por função o acompanhamento permanente da execução do contrato.

31.2. Nos termos da cláusula 27.ª, qualquer notificação e comunicação, deve ser dirigida para o correio eletrónico do gestor do contrato.

Cláusula 32. Encargos do concorrente

Constituem encargos do concorrente, as despesas inerentes à elaboração da proposta e à celebração do contrato escrito que aí houver lugar, despesa esta mencionada na nossa Tabela de Taxas e Preços, capítulo I, Secção I, artigo 1.º, n.º 9, disponível na página do Município de Mangualde no endereço https://www.cmmangualde.pt/wp-content/uploads/2025/01/Tab_Taxas_Taxas_Precos.pdf.

Cláusula 33. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo *Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro*, na sua atual redação, e demais legislação aplicável.

PARTE II – Cláusulas Técnicas

Cláusula 34. Enquadramento

O Município de Mangualde apresentou candidatura numa primeira fase ao Aviso n.º 01/C16-i02/2022 – “Manifestação de Interesse para Desenvolvimento de Projetos no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais” e, após seleção, ao Aviso n.º 12/C16-i02/2023 – “Convite à apresentação de Propostas Finais para Desenvolvimento de projetos no âmbito da medida «Bairros Comerciais Digitais»”, publicados no âmbito da Componente 16 - Empresas 4.0 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O Projeto n.º 5386 – “BAIRRO COMERCIAL DIGITAL - MANGUALDE”, foi aprovado, seguindo-se a necessidade de abertura do presente Concurso Público, com vista à operacionalização do mesmo.

Neste seguimento, importa referir que os Bairros Comerciais Digitais (BCD) surgem como um instrumento catalisador do crescimento económico, procurando promover a reabilitação urbanística de um território, em coerência com a estratégia digital para o mesmo, a digitalização dos operadores económicos e dos seus modelos de negócio, o comércio em linha e a integração do digital nas cadeias de valor e abastecimento, bem como requalificar os territórios com o objetivo de recuperar o sentido do planeamento urbano-comercial e de otimizar a acessibilidade da população/consumidores ao comércio local, conforme objetivo da política pública e do próprio PRR.

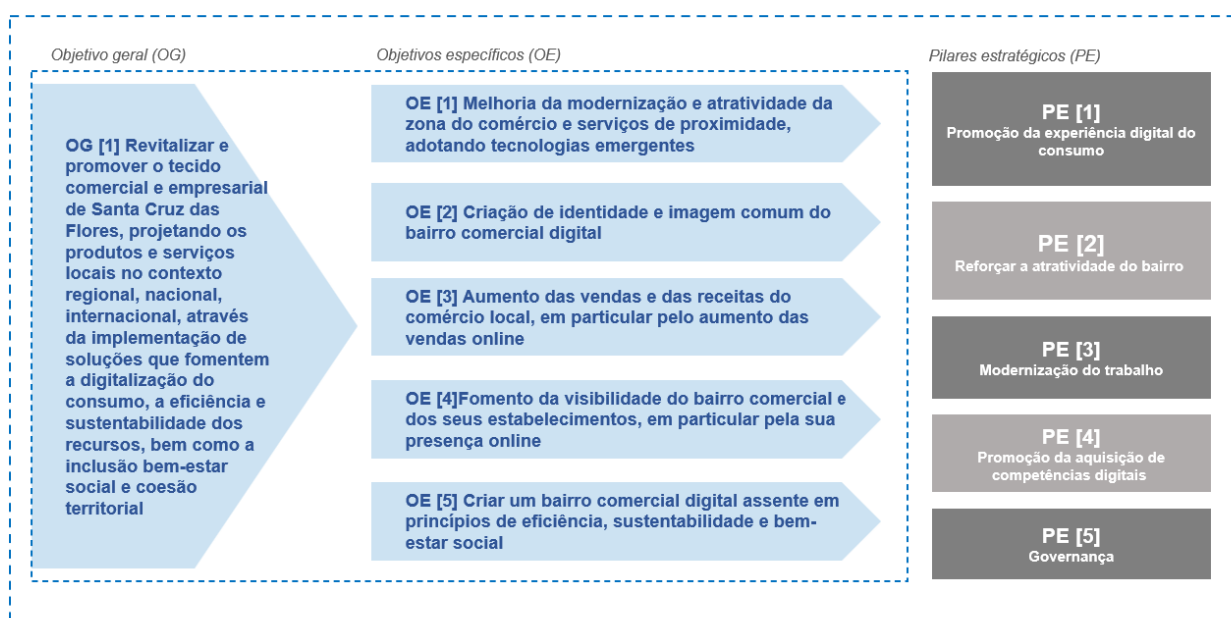
Assim, o Município de Mangualde estabeleceu como objetivo geral a promoção, dinamização e valorização do Bairro Comercial Digital de Mangualde no contexto local, regional, nacional e internacional, suportado na adoção de tecnologias emergentes e de mecanismos de gestão, de modelos de negócio digital dos seus agentes económicos, garantindo o respeito por princípios de eficiência, sustentabilidade e inclusão.

Considerando o objetivo geral apresentado definimos como os objetivos específicos a/o:

- Melhoria da modernização e atratividade da zona do comércio e serviços de proximidade, adotando tecnologias emergentes;
- Criação de identidade e imagem comum do bairro comercial digital;
- Aumento das vendas e das receitas do comércio e serviços de proximidade, em particular pelo aumento das vendas online;
- Dar visibilidade do bairro comercial e dos seus estabelecimentos, em particular pela sua presença online;
- Criar um Bairro Comercial Digital assente em princípios de eficiência, sustentabilidade, bem-estar social e coesão territorial.

A criação de um Bairro Comercial Digital assenta em princípios de eficiência, sustentabilidade, inclusão, justiça social e coesão territorial baseados num modelo de governação democrático e fomentador da cidadania ativa.

Para dar resposta aos objetivos, foram definidos 5 pilares estratégicos para a intervenção, os quais visam a melhoria da harmonização urbanística, a expansão dos pontos de conectividade comum, o aumento de centros de informação digital, a criação de uma identidade visual e sinalética, a criação ou valorização do Marketplace e de outras plataformas eletrónicas, a digitalização da experiência de consumo e a digitalização de infraestruturas adjacentes.



Considerando a figura acima, apresentamos de forma detalhada cada um dos pilares estratégicos da intervenção identificados:

– PE [1] Promoção da experiência digital do consumo (compra e venda)

Este pilar estratégico de intervenção está orientado para dotar o comércio de proximidade de mecanismos e ferramentas que fomentem a digitalização das empresas e dos seus serviços e que afetam direta ou indiretamente aspetos associados à experiência do consumo tanto do lado do consumidor como do comerciante, incluindo as atividades de suporte ao normal funcionamento da atividade da empresa.

O pilar estratégico 1 - Promoção da experiência digital do consumo (compra e venda) representa o propósito central deste projeto e por esta razão considera-se que todas ações devem contribuir em algum grau para

este eixo, o que se verifica, pois, na sua abrangência ele engloba as diferentes áreas do Plano de Investimento bem como as várias atividades que lhes estão associadas.

– **PE [2] Reforçar a atratividade do bairro**

De forma a empoderar o comércio de proximidade importa antes de tudo cativar e fidelizar a população para que o visite regularmente de forma presencial e virtualmente, adotando uma cultura de experimentação, modernização e inovação. É importante que frequentar o bairro seja uma experiência agradável, fluida e acessível a todos. Este pilar estratégico engloba todos os aspetos que contribuem para aumentar a atratividade do bairro cobrindo intervenções de ordenamento paisagístico da área e que implicam ações como melhoramentos de reabilitação, mobiliário urbano, harmonização urbanística de identidade visual e sinalética. As intervenções de conectividade e a implementação de soluções que agilizam o processo de compras também são contempladas neste eixo. Além disso de forma que todos se sintam bem acolhidos no Bairro Comercial Digital as soluções que contribuem para o tornar mais acessível, inclusivo e sustentável estão também aqui consideradas.

– **PE [3] Modernização do trabalho: processos de gestão e produção**

Este pilar estratégico engloba todos os aspetos que contribuem para aumentar a eficiência dos processos de gestão e produção das empresas do comércio local ou de sistemas de governança local ou regional. Aqui incluem-se soluções de apoio à decisão e associadas à análise e tratamento de dados, como por exemplo, sistemas de controlo de tráfego ou sistemas de data analytics.

– **PE [4] Promoção da aquisição de competências digitais**

Este pilar estratégico visa a realização de ações de capacitação direcionadas aos colaboradores, gerentes e proprietários dos estabelecimentos comerciais em áreas de conhecimento estratégicas para o sucesso do projeto. Neste sentido irá ser implementado um projeto de formação complementar ao projeto do Bairro Comercial Digital. Não obstante este projeto formativo não ser financiado ao abrigo deste aviso ele foi desenhado com o intuito de responder os objetivos deste projeto pelo que se considerou que este deveria constituir também um dos pilares estratégicos desta iniciativa.

– **PE [5] Governança**

As ações de governança foram pensadas para apoiar a conceção e o acompanhamento do projeto e a sua gestão operacional. É também neste eixo que vão estar alocadas as atividades a realizar pelo Gestor do Bairro. Com vista à execução bem-sucedida deste pilar estratégico, a coordenação do projeto irá apoiar-se em diferentes ferramentas tecnológicas implementadas noutros pilares estratégicos. Estas soluções digitais irão permitir tratar grandes volumes de dados, produzir estatísticas e relatórios, obter retratos concisos da

- 802.11r fast roaming (≤ 50 ms);
- Adaptive bandwidth management (automatic bandwidth adjustment based on the user quantity and radio environment) to improve user experience;
- WEP authentication/encryption using a 64-bit, 128-bit, 152-bit or 192-bit encryption key;
- WPA2-802.1X authentication and encryption (WPA2-Enterprise);
- WPA3-802.1X authentication and encryption (WPA3-Personal);
- 802.1X authentication, MAC address authentication, and Portal authentication;
- IP Source Guard (IPSG);
- Real-time configuration monitoring and fast fault locating using the NMS;
- Interface type: 1 x10/100M/1GE; 1 x SFP;
- Operating temperature: -40°C to $+65^{\circ}\text{C}$;
- $\geq \text{IP68}$;
- Antenna gain: 2.4GHz - 10dBi; 5GHz - 11dBi;
- Maximum number of users ≥ 1024 (512/Radio);
- Ethernet ports with surge protection $\geq 6\text{KA}$.

3 pontos de acesso Wi-Fi para exterior de antenas externas para utilização em praças (locais amplos) onde a cobertura exija uma abordagem mais exigente, que devem cumprir obrigatoriamente os seguintes requisitos mínimos:

- Access Point outdoor with external antennas ports;
- Compliance with IEEE 802.11ax and compatibility with IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ac Wave 2;
- 2.4G+5G mode: 2.4 GHz (2x2 MIMO) and 5 GHz (2x2 MIMO), with rates of up to 0.575 Gbit/s and 1.2 Gbit/s, respectively, and a maximum rate of 1.775 Gbit/s for the device;
- Dual-5G mode: 5 GHz (2x2 MIMO) and 5 GHz (2x2 MIMO), with a rate of up to 1.2 Gbit/s at 5 GHz, providing a maximum rate of 2.4 Gbit/s for the device;
- 802.11r fast roaming (≤ 50 ms);
- Adaptive bandwidth management (automatic bandwidth adjustment based on the user quantity and radio environment) to improve user experience;
- WEP authentication/encryption using a 64-bit, 128-bit, 152-bit or 192-bit encryption key;
- WPA2-802.1X authentication and encryption (WPA2-Enterprise);
- WPA3-802.1X authentication and encryption (WPA3-Enterprise);
- 802.1X authentication, MAC address authentication, and Portal authentication;
- IP Source Guard (IPSG);
- Real-time configuration monitoring and fast fault locating using the NMS;
- Interface type: 1 x10/100M/1GE; 1 x SFP;
- Operating temperature: -40°C to $+65^{\circ}\text{C}$;
- $\geq \text{IP68}$;
- Maximum number of users ≥ 1024 (512/Radio);

- Ethernet ports with surge protection $\geq 6\text{KA}$;
- Antennas ports with surge protection $\geq 5\text{KA}$, with no need of external surge protector.

Requisitos mínimos da Conectividade Internet

O acesso à internet a disponibilizar na solução deverá ser dimensionado considerando uma largura de banda mínima de 200/20Mbps.

Os acessos deverão considerar fornecimento por meio de tecnologia 5G nos access points propostos.

Terá de ser fornecida uma solução de Firewall as a Service, com conectividade centralizada e funcionalidades de segurança aplicacionais, nomeadamente políticas de content filtering abrangendo categorias, tais como:

- “child abuse”;
- “extremists groups”;
- “pornography”;
- “phishing” e “spam URLs”;
- “Peer-to-Peer file sharing”;
- Outros a definir em âmbito de projeto.

Requisitos mínimos da Controladora Wireless

1 controladora Wi-Fi local, fornecidas com mínimo de 29 licenças necessárias para os pontos de acesso Wi-Fi considerados para a cobertura do bairro, que deverá cumprir obrigatoriamente os seguintes requisitos mínimos:

- Form factor: 1U rack mount;
- Mínimo de portas: 2x10Gbps (SPF+) + 10x1GE;
- Número de APs (access points) geridos: ≥ 512 ;
- Número de utilizadores suportados: ≥ 1000 (considerando WPA2/WPA3, PSK, Portal ou RADIUS);
- Forward capability: $\geq 10\text{ Gbps}$ (1514 bytes packet length);
- MAC address entries: $\geq 8\text{K}$;
- VLAN capacity: $\geq 4\text{K}$;
- Routing entries: IPv4 $\geq 8\text{K}$, IPv6 $\geq 2\text{K}$;
- ARP entries: $\geq 6\text{K}$;
- Number of local accounts $\geq 4\text{K}$;
- Number of ACLs $\geq 4\text{K}$;
- Flow Control, Rate auto-negotiation, Jumbo Frames, Link aggregation, load balancing among links of a trunk, Broadcast Storm suppression;
- Suporte para Direct ou Tunnel forwarding;
- Descoberta da controladora pelos APs com pacotes CAPWAP;
- CAPWAP tunnel support, DTLS encryption;
- Load balancing, Hot backup (1+1), Backup (N+1);

- APs automatic discovery, Automatic default AP Profile, AP Group support (batch configuration);
- Load balancing among radios in a group; by number of STAs connected to each radio; by traffic volume on each radio;
- Spectrum Analysis (interference sources identification);
- Hotspot2.0 network support;
- ACL support;
- Authentication/encryption modes:
 - WPA2-PSK authentication and encryption (WPA2-Personal);
 - WPA2/WAP3-802.1X authentication and encryption (WPA2-Enterprise);
 - WPA3-SAE authentication and encryption (WPA3-Personal);
 - WPA2-PPSK authentication and encryption;
 - TKIP, CCMP, GCMP Auth Key mgmt.;
 - WAPI;
 - MAC Address authentication, 802.1X authentication, Portal authentication (external server or built-in Portal with page customization);
 - Layer 4 to Layer 7 application identification;
 - Application-based policy control, including traffic blocking, limit and priority.

A solução a fornecer terá obrigatoriamente de integrar todos os pontos de acesso existentes no município, responsáveis pela cobertura Wi-Fi outdoor de um conjunto de espaços, pelo que deverá ser contemplado licenciamento para a integração dos APs existentes à data (32 licenças).

2 Switches 8 portas PoE+ que deverão cumprir obrigatoriamente os seguintes requisitos mínimos:

- Equipamento fixo ethernet L2/L3;
- 8 portas 1G com interface do tipo RJ-45;
- Suportar 8 portas PoE 15.4 W (IEEE 802.3af) ou 4 portas PoE+ 30 W (IEEE 802.3at) sem recorrer a fonte de alimentação externa (ex: RPS), e apenas com uma fonte de alimentação instalada;
- Disponibilizar um mínimo de 125W PoE;
- O equipamento deverá ter de base um uplink com um mínimo de 4 portas line rate 1G SFP;
- Proteção contra picos de tensão nas portas de serviço: ± 7 kV;
- Proteção contra picos de tensão na fonte de alimentação: ± 6 kV;
- Temperatura de funcionamento: -5°C a $+50^{\circ}\text{C}$;
- Capacidade de switching mínima: 24 Gbps;
- Capacidade de forwarding mínima: 18 Mpps;
- Suporte de STP, RSTP e MSTP;
- Suporte de NETCONF/YANG;
- Suporte para Port Isolation, Port Security e Sticky MAC;
- Suporte para 802.1X;

- Suporte para autenticação Authentication, Authorization e Accounting;
- Suporte para autenticação RADIUS;
- Suporte para autenticação TACACS+, ou equivalente;
- Suporte IGMP v1/v2/v3 snooping.

A entidade adjudicante deverá ter em consideração, na proposta a apresentar, o fornecimento e instalação de todos os equipamentos/materiais que considerar imprescindíveis para o bom funcionamento da cobertura Wi-Fi.

Requisitos de Autenticação e Captive Portal

O Município de Mangualde pretende integrar os novos pontos de acesso na solução de autenticação e gestão de utilizadores em redes Wi-Fi, existente, permitindo a disponibilização de um Captive Portal customizado, meios de autenticação alternativos, para além da criação de perfis de serviço e disponibilização de relatórios sobre a utilização da rede.

A plataforma deverá estar licenciada para um funcionamento mínimo de 3 anos e permitir a conexão em simultâneo de pelo menos 1000 utilizadores, para além de cumprir obrigatoriamente com as seguintes funcionalidades mínimas:

- Capacidade para suportar pelo menos 1000 dispositivos em simultâneo;
- Registo através de login e palavra-passe;
- Autenticação via Facebook e Google;
- Autenticação por endereço MAC;
- Captive Portal configurável com diferentes layouts em função dos requisitos de diferentes grupos;
- Cada Captive Portal pode ser configurado com a própria imagem de fundo, logo, formato e tipo de login;
- Pré-visualização do portal para verificar as definições configuradas em tempo real;
- Login Push/Reautenticação automática;
- Autenticação HTTP/HTTPS;
- Múltiplos perfis de serviço com integração de firewall;
- Monitorização da utilização da Internet;
- Gestão do tráfego de dados e da banda larga em função de diferentes grupos;
- Banda larga configurável (Download e Upload);
- Vários limites de utilização de dados;
- Heatmap do utilizador (utilizadores online, utilização de dados);
- Estatísticas de mobilidade do utilizador;
- Impressão digital do dispositivo (idioma do browser, tipo e modelo do dispositivo, fabricante, nome e versão do sistema operativo);
- Análítica da Landing Page;
- Possibilidade de exportação de dados em formato .csv;
- Permissões multifunções;
- Sistema multi-tenant;

- Conformidade multifornecedor;
- API para integração com sistemas de terceiros;
- Integração com o protocolo FIAS;
- Totalmente responsivo e otimizado para dispositivos móveis;
- Landing page configurável.

Instalação de Mupis Exteriores

Pretende-se a aquisição de 3 (três) mupis de exterior interativos que permitam digitalizar a oferta do Bairro Comercial e de outras informações que o Município considere pertinentes, de forma sustentável, interativa e intuitiva.

A manutenção prevista deverá corresponder a:

- Manutenção e upgrades da solução;
- Suporte técnico remoto e local com pelo menos 2 visitas por ano aos Mupis;
- Monitorização do equipamento e serviço;
- Formação na plataforma de gestão de conteúdos e de administração da solução.

Estrutura base e Componentes Integrados dos Mupis Interativos

Mupis outdoor com um ecrã interativo de 55" com 3000nits de alto brilho e contraste, com operação de 24/7h, com painel IPS e refrigeração passiva, com uma duração de vida útil mínima de 50.000 horas. Deverão, também, ter as seguintes características mínimas:

- Tecnologia de toque capacitivo no mínimo 10 toques;
- Sistemas de ventilação forçada;
- Suporta ambientes extremos (-20/+50°C);
- Proteção elétrica em caso de pluviosidade excessiva;
- Fechadura de segurança antivandalismo;
- Vidro de proteção antirreflexo temperado laminado, antivandalismo;
- UPS – Fonte de alimentação ininterrupta;
- Acabamento alumínio termolacado;
- Personalização em tinta ou vinil autocolante;
- Pintura Anti-Graphity ao RAL.

Características do software

Deverá conter um software desenvolvido com recurso a tecnologias “open-source” que permita a publicação e disponibilização de informação relacionada com o Bairro Comercial Digital, possibilitando assim uma interação digital acessível e inclusiva por quem o procura através de:

- Informação de campanhas e promoções em vigor no marketplace;
- Informação dos aderentes, nomeadamente no que relaciona com:
 - Campanhas e promoções existentes;

- Artigos e Produtos;
 - Serviços disponibilizados;
 - Eventos;
- Mapa interativo do Bairro Comercial Digital, com informação espacial referente a:
 - Área geográfica do Bairro Comercial Digital;
 - Sinalização das ruas integrantes no Bairro Comercial Digital;
 - Georreferenciação dos aderentes integrantes e aderentes ao Bairro Comercial Digital com filtros de tipologia de aderente;
 - Pontos de interesse no Bairro e na área adjacente;
- Permitir também a divulgação de informação institucional e outras tipologias que se relaciona com informações de utilidade pública relevante para o Bairro, nomeadamente editais, avisos, atas, formulários e requerimentos;
- Disponibilidade de estacionamento nos parques de estacionamento periféricos da cidade que fazem parte dessa rubrica deste documento;
- Notícias e atualidades;
- Cultura e turismo;
- Agenda cultural e eventos;
- Informações e contatos úteis;
- Reclamações, elogios e sugestões;
- Avisos;
- Deve permitir, em momentos de inatividade do ecrã, apresentar uma mensagem a fomentar a interatividade ou passar uma galeria de vídeos e/ou imagens para disponibilização de informações úteis;
- O software deve estar totalmente integrado com a plataforma de gestão centralizada de conteúdos para que todos os seus conteúdos possam ser geridos através desta solução.

Instalação de Montras Digitais

Pretende-se a aquisição de 3 (três) montras digitais de interior que deverão ser compostas por vários componentes e equipamentos com o intuito de disponibilizar informação digitalizada, podendo comunicar com a população através de:

- Produtos;
- Campanhas e promoções;
- Serviços do Bairro Comercial Digital;
- Imagens;
- Vídeos;
- Notícias e eventos.

Características técnicas mínimas dos equipamentos

Os equipamentos deverão cumprir com as seguintes características técnicas mínimas:

- Ecrã com dimensão mínima de 55" alto brilho 24x7 com 3000nits;
- Painel IPS;
- Duração de vida útil mínima de 50.000h;
- Refrigeração passiva;
- Certificação de segurança IEC 60950-1 / EN 60950-1 / UL 60950-1;
- Certificação EMC FCC Class;
- Certificação ErP (EU);
- Suporte de montra.

Desenvolvimento e implementação do website e aplicação móvel do Bairro Comercial Digital – Mangualde

A solução pretendida deverá centralizar informação, garantindo acessibilidade às várias informações dos verticais e adotar um layout personalizado para o Bairro, permitindo a disponibilização de conteúdo relacionado com as lojas no Bairro, bem como informações detalhadas sobre estas lojas e outros dados relevantes para o Bairro.

A solução deverá cumprir requisitos como, a centralização de informação, disponibilidade multiplataforma, customização e inclusão de acordo com as características técnicas seguintes.

A solução pretendida deverá respeitar as melhores práticas de referência para soluções governamentais direcionados ao cidadão, respeitando os seguintes princípios:

- Usabilidade, potenciando as características inerentes, como operacionalidade, clareza, navegabilidade e acessibilidade;
- Escalabilidade, com a garantia do bom funcionamento da solução em contexto de crescimento;
- Modularidade, garantindo a evolução do portal de forma simples e com o esforço reduzido para integrações;
- Interoperabilidade, permitindo a integração com sistemas externos;
- Alto desempenho, garantindo mecanismos de distribuição de carga e serviços de balanceamento;
- Proteção, legibilidade e integração da informação presente.

Pretende-se que a solução cumpra os seguintes requisitos mínimos:

- Tenha um design simples, apelativo e intuitivo para quem a utiliza, respeitando a identidade gráfica e visual do Bairro Comercial Digital, nomeadamente em termos de cores, fontes, branding e manual de normas;
- Ser responsiva, permitindo uma correta visualização em qualquer tipologia de equipamento;
- O website ser desenvolvido com recurso ao método “mobile-first”, isto é, primeiro o desenvolvimento das versões mobile do mesmo;
- Ser 100% web based, não sendo necessária a instalação de qualquer software, plugin ou outros componentes específicos para a utilização da solução;
- Assegurar o acesso à informação a todos os utilizadores, recorrendo a técnicas que potenciem a acessibilidade de cidadãos com necessidades especiais;
- O preenchimento de formulários deverá:

- Não ter limitação de campos e com recurso a um motor gráfico de criação com a tecnologia de arrasta & larga;
- No mínimo as seguintes tipologias de campos:
 - Texto;
 - Texto multi-linha;
 - Número;
 - Email;
 - Data e hora;
 - Upload de ficheiros e imagens com limitação de tipologia de ficheiros aceite e quantidade. Deverá possibilitar o upload de múltiplos ficheiros em simultâneo;
 - Escolha múltipla;
 - Escolha obrigatória;
- Definição de campos obrigatórios e opcionais;
- Validação de campos com base na utilização de expressões regulares;
- Lógica condicional entre campos do formulário;
- Definição de notificações associadas à submissão do formulário, quer para os utilizadores do backoffice como para os utilizadores que submetem os formulários. Possibilidade de definição logo das metatags a serem enviadas nessas notificações;
- Gestão de mensagens de sucesso ou páginas de sucesso a apresentar na submissão;
- Visualização em backoffice das submissões de cada formulário com indicadores estatísticos associados e possibilidade de exportação dos mesmos para ficheiro xls e csv;
- Cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados para dados sensíveis e pessoais;
- Deverá utilizar tecnologias open source;
- Deverá possuir uma API com web services definidos e documentados para integração com sistemas externos;
- Deverá estar integrado com os conteúdos vindos da plataforma de gestão centralizada de conteúdos.

A solução de website a apresentar deverá garantir que se cumprem as obrigações legais, os requisitos e as melhores práticas no que se refere às áreas da acessibilidade, usabilidade e experiência de utilização dos sítios Web e das aplicações móveis, nomeadamente os seguintes fatores essenciais:

- Cumprimento do Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2016/2102, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 02 de dezembro de 2016, relativa à Acessibilidade dos sítios Web e das aplicações móveis dos organismos do setor público, nomeadamente o nível de conformidade "AA" das WCAG 2.1 do W3C, que equivale à norma europeia EN 301 549 harmonizada;
- Elaboração da Declaração de Acessibilidade e Usabilidade prevista nos Artigos 8.o e n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 83/2018, bem como as respetivas evidências, nos termos estipulados no referido diploma legal e nos sítios Web <https://selo.usabilidade.gov.pt/index.html> e <http://www.acessibilidade.gov.pt>;

- Cumprimento do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), estabelecido nos termos do artigo 5.o da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, e aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2012, de 08 de novembro, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018, de 5 de janeiro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 83/2018, nomeadamente quanto à alteração da Tabela I "Tecnologias de interface Web, incluindo acessibilidade, ergonomia, compatibilidade e integração de serviços";
- Cumprimento dos requisitos do Selo de Usabilidade e Acessibilidade e respetiva aposição, de acordo os parâmetros definidos no sítio Web <https://selo.usabilidade.gov.pt/> devendo garantir, em conjunto com a Declaração de Acessibilidade e Usabilidade, o nível mínimo de Selo Bronze (<https://selo.usabilidade.gov.pt/bronze.html>);
- Cumprimento das melhores práticas de Acessibilidade, Usabilidade e Experiência de Utilização coligidas nos sítios Web <http://www.acessibilidade.gov.pt/>, <https://usabilidade.gov.pt/menu-interior> e <https://selo.usabilidade.gov.pt/bronze.html>.

A solução deverá ser obrigatoriamente multi-idioma, sendo que no mínimo deverá apresentar os idiomas português e inglês. O Município deverá conseguir gerir os idiomas de forma autónoma em backoffice, sendo que a tradução poderá ser efetuada de forma manual em backoffice ou de forma automática através da integração com o serviço Google Translate, ou equivalente.

Deverá ser previsto o carregamento inicial dos conteúdos fornecidos pelo Município, de forma que a solução fique customizada e configurada no momento do lançamento.

Funcionalidades

A solução deverá prever as seguintes funcionalidades mínimas obrigatórias:

- O website ter uma homepage modular, em que se possa definir em backoffice que módulos quer mostrar ou ocultar, entre os quais, slide de destaques, notícias, agenda de eventos, informações úteis, pontos de interesse, acessos rápidos, produtos em destaque do marketplace, aderentes em destaque do marketplace, subscrição de newsletter, header e footer entre outros;
- O website possuir um conjunto de modelos de páginas interiores de forma a conseguir criar uma página do website em apenas 3 cliques, nomeadamente modelos para texto, galeria de imagens, galeria de documentos, lista de locais ou pontos de interesse, mapa interativo, formulário, perguntas frequentes, lista de contactos úteis, detalhe de contacto entre outras;
- Permitir a reutilização de conteúdos de forma transversal à solução, isto é, o mesmo conteúdo poder ser utilizado em múltiplas zonas ou páginas da solução sem a necessidade de replicação do mesmo (por exemplo, notícias, eventos, imagens, formulários);
- Permitir a gestão de menus do website de forma autónoma, sem a limitação de níveis e a sua organização efetuada com recurso à tecnologia arrasta & larga;
- Possibilidade de gerir páginas isoladas sem estarem associadas à estrutura de informação principal;

- Facilidade de pesquisa de conteúdos no frontend da solução com filtros por, no mínimo, categoria, intervalo de datas e tipo de conteúdo;
- Pesquisa por aproximação, ou seja, possibilidade de obter resultados por palavras semelhantes ou excertos de palavras pesquisadas;
- Possibilidade de gerir hiperligações dentro dos conteúdos e a forma como estas respondem ao clique;
- Visualização de notícias e categorias de notícias, com organização por categorias multinível;
- Visualização de eventos e categorias de eventos, com organização por categorias multinível;
- Visualização de documentos com organização dos mesmos por pastas, categorias, datas e formatos;
- Visualização de locais, pontos de interesse e as suas categorias, com organização por categorias multinível;
- Integração com plataformas multimédia, nomeadamente Youtube e Vimeo para inserção de conteúdos destas plataformas através de hiperligação;
- Integração com redes sociais, nomeadamente Facebook, Instagram e LinkedIn;
- Perguntas frequentes com organização das mesmas em categorias dinâmicas multinível;
- Disponibilização de informação via RSS, nomeadamente de notícias e eventos, de forma a enviar informação para entidades externas;
- Disponibilização de meteorologia através da integração de serviços para o efeito;
- A solução deverá estar em conformidade com o Regime Geral de Proteção de Dados, nomeadamente o que diz respeito à encriptação dos dados em base de dados, ao controlo de acesso aos dados considerados pessoais, à definição e gestão da política de privacidade e a possibilitar o direito ao esquecimento;
- O website deverá apresentar uma forte componente de usabilidade e acessibilidade, garantindo o nível AA conforme as normas W3C WCAG 2.0, permitindo no mínimo:
 - Aumentar e diminuir o tamanho de letra;
 - Realçar as ligações;
 - Navegação por teclado;
 - Mudar o tipo de letra;
 - Sublinhar as ligações;
 - Colocar o portal em tons de cinza;
 - Limpar os cookies;
 - Inverter as cores;
 - Remover os estilos.
- Deverá também garantir um elevado nível de usabilidade das páginas, proporcionando uma boa navegabilidade e experiência de utilização, conjugando um design apelativo e dinâmico que demonstre sobriedade, dinamismo e prestígio da instituição;
- Deverá ser completamente responsiva, ou seja, obrigatoriamente terá de saber detetar o dispositivo através do qual é acedido e adaptar a experiência de visualização, por forma a cumprir o referido;
- Subscrição de newsletter e possibilidade de edição das listas subscritas bem como anular a subscrição por completo do sistema;

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO N.º 5386 "BAIRRO COMERCIAL DIGITAL MANGUALDE", APROVADO NO ÂMBITO DOS BAIRROS

COMERCIAIS DIGITAIS (PRR)

28

- Capacidade de integração com ferramentas de análise (Google Analytics ou semelhantes) de visitantes e análise de comportamentos dos mesmos sem a necessidade de sair do backoffice de solução;
- Deverá ser possível configurar aspetos gráficos do website através da inserção de código HTML e CSS;
- Possibilidade de configurar dupla autenticação para login no website e configurar gamas de IPs ou redes onde a dupla autenticação não é necessária;
- Todas as comunicações da solução serão efetuadas com recurso a comunicações seguras em SSL;
- Garantir que a solução seja multilingue sem limitação do número de línguas, garantindo que seja possível:
 - Gerir em backoffice quais as línguas em que o website está disponível de forma autónoma;
 - Gerir se as traduções são efetuadas de forma manual em backoffice ou através da integração com sistemas de tradução open source, nomeadamente o Google Translate;
 - Possibilitar que se não existir tradução de algum conteúdo, o mesmo seja apresentado na língua original da solução, de forma que nenhum conteúdo não seja mostrado;
- Garantir que a solução é modular e escalável, baseada em módulos ou plugins, de forma que a solução seja evolutiva ou atualizável sem a necessidade de interrupção de outras componentes;
- Garantir que é possível de forma autónoma a criação de microsites em backoffice, com partilha de conteúdos e estrutura em rede, reutilizando módulos e componentes do website principal.

Interoperabilidade:

A solução deverá garantir interoperabilidade no mínimo com as seguintes soluções:

- Integração de conteúdos com a plataforma de gestão de conteúdos;
- Integração com o sistema de gestão de estacionamento presente no Município, de forma que seja possível:
 - Visualizar o estado de ocupação dos lugares de estacionamento sensorizados presentes no Município de Mangualde, permitindo a utilização de filtros por estado de ocupação e tipologia de lugar (por exemplo: lugares de cargas e descargas, mobilidade reduzida ou carregadores elétricos);
 - Consultar as zonas com estacionamento pago no Município e respetivas tarifas de estacionamento.

Desenvolvimento e implementação de plataforma de marketplace Bairro Comercial Digital – Mangualde

O marketplace deverá ser concebido como uma plataforma centralizada que visa servir tanto os visitantes quanto os comerciantes. Para os visitantes, o marketplace deverá oferecer uma variedade de serviços, incluindo agendamentos em estabelecimentos locais, comprar produtos e capacidade de efetuar encomendas. Por outro lado, os comerciantes deverão ter a possibilidade de gerir as suas operações, incluindo as reservas, encomendas, produtos e configurações, a partir de um portal dedicado.

Adicionalmente, deverá ser fornecido um serviço de acompanhamento/capacitação aos comerciantes bem como um serviço de manutenção e acompanhamento do marketplace.

Características gerais da solução

O marketplace deverá apresentar, pelo menos, as seguintes características mínimas:

- Deverá ser customizável à imagem do Município;

- Deverá permitir encomendar produtos, mas também reservar serviços (agendar online um cabeleireiro, marcar mesa num restaurante, fazer encomendas de takeaway e delivery, marcar um alojamento local, marcar uma aula de padel, etc.), de modo a trazer mais valor ao consumidor final e a todo o tipo de negócios;
- Deverão ser disponibilizadas ferramentas digitais que apoiam os comerciantes no processo de digitalização e facilitam a sua operação, trazendo valor desde o primeiro dia e não apenas pelo envio de novos clientes:
 - Software de reservas/Agenda digital;
 - Software de gestão de encomendas de takeaway & delivery;
 - Software de gestão encomendas, com integração com operador de entregas a nível nacional e pontos de recolha/cacifos com representação nacional;
 - Software de gestão de fila de espera à porta do estabelecimento;
 - CRM;
- Deverá permitir ter sistema de cashback multi-comerciante de modo a incentivar o consumo no Município;
- O portal e processos de reserva e encomenda online, deverão adaptar-se ao sector do comerciante bem como ao estado de maturidade digital do mesmo, sendo simples e fácil de utilizar por comerciantes menos tecnológicos, mas ao mesmo tempo com funcionalidades de utilização opcional para comerciantes mais evoluídos tecnologicamente;
- A solução proposta deverá ser em formato “chave na mão”, onde deverá incluir além do setup e manutenção informática, o onboarding e capacitação inicial de comerciantes, revisão de conteúdos adicionados à plataforma e linha de apoio.

Portal para utilizadores

O marketplace é o espaço central onde os estabelecimentos e os seus produtos ou serviços deverão ser apresentados.

- Deverá existir a possibilidade de os utilizadores poderem pesquisar estabelecimentos com base na localização, categorias, subcategorias e palavras-chave;
- Deverá existir a capacidade de reservar e fazer encomendas diretamente a partir do marketplace;
- Deverá existir a possibilidade de colocar o site em português, inglês ou espanhol;
- Os utilizadores deverão poder aceder à listagem das avaliações que efetuaram nos diferentes comerciantes, serviços e produtos;
- Deverá existir a possibilidade de seguir outros utilizadores do marketplace e acompanhar em página própria os reviews deixados por esses utilizadores;
- Deverá existir a possibilidade de convidar amigos através de um link de recomendação;
- Deverá ser possível visualizar a listagem das recomendações já efetuadas;
- Deverá ser possível editar as informações da conta, atualizar a palavra-passe, alterar a língua, eliminar a conta e alterar a imagem de perfil do utilizador;
- Deverá existir a possibilidade de criar uma coleção personalizada de estabelecimentos comerciais;
- Deverá ser possível visualizar as coleções que têm e os estabelecimentos que o utilizador colocou;

- Privacidade dos utilizadores: a política de privacidade deverá estar em conformidade com as leis locais de proteção de dados e regulamentos;
- Pesquisa por localização:
 - Deverá existir a opção de pesquisar “Perto de mim”;
 - Se o utilizador estiver com sessão iniciada, deverá aparecer o histórico de pesquisas de localizações anteriores;
- Barra de pesquisa:
 - O marketplace deverá oferecer uma barra de pesquisa para possibilitar a pesquisa de estabelecimentos, produtos e serviços. A barra de pesquisa deverá sugerir termos de pesquisa a partir de termos idênticos e ou sinónimos;
 - Quando o utilizador está com sessão iniciada, deverá aparecer o histórico de pesquisas de categorias/estabelecimentos realizados por esse utilizador;
- Página de resultados:
 - Deverá existir a possibilidade de filtrar por categorias, subcategorias, palavras/expressões concretas, para aparecer apenas descontos, promoções;
 - Deverá existir a possibilidade de ver os resultados através do mapa, onde aparecem os estabelecimentos da área pesquisada;
 - Os estabelecimentos com campanhas ativas deverão aparecer diferenciados;
 - Os filtros disponíveis deverão adaptar-se conforme a categoria pesquisada (exemplo: em restaurantes deverá aparecer a possibilidade de filtrar por esplanadas);
- Página de estabelecimento:
 - Os utilizadores deverão poder selecionar estabelecimentos, e na página do estabelecimento pretendido visualizar campanhas, serviços, produtos, detalhes, preço, avaliações, características, horários e informações de contato;
 - Deverá existir a possibilidade de obter direções para o estabelecimento pretendido;
 - Deverá ser possível adicionar o estabelecimento à sua coleção de favoritos, wishlist ou lista de visitados, ou a uma coleção personalizável;
- Reservas e agendamentos de serviços:
 - Os utilizadores deverão poder fazer reservas e agendamentos online diretamente nos estabelecimentos;
 - Os utilizadores deverão ter acesso no seu perfil à listagem das próximas reservas e históricos de reservas com os detalhes respetivos;
 - Deverá existir a possibilidade de editarem a reserva, nomeadamente a data/hora/nº de pessoas (se aplicável), ou cancelar a reserva;
 - Deverão ter acesso à listagem do histórico de reservas que já foram usufruídas com os detalhes;
 - O processo de reserva de um serviço deverá adaptar-se ao tipo de serviço reservado e às configurações definidas pelo comerciante, deverão existir 5 tipos de reserva:

- Escolher um horário com confirmação imediata;
 - Escolher um horário sujeito a confirmação posterior pelo comerciante;
 - Não escolher nenhum horário;
 - Escolher um dia, mas não horário;
 - Escolher vários horários;
- Os horários apresentados deverão ter em consideração a disponibilidade do comerciante para aquele horário, não devendo ser dada a opção de reserva caso o comerciante tenha bloqueado as reservas online para esse horário ou o comerciante já esteja esgotado para esse horário;
- Os horários disponíveis também deverão ter em consideração o tempo mínimo de antecedência de reserva definido pelo comerciante e os intervalos de slots definidos pelo comerciante para marcações;
- Deverá indicar os dados da reserva, como o nome e nº de telemóvel. Caso o utilizador já tenha efetuado o login, o nome e nº de telemóvel deverão ser preenchidos automaticamente;
- Deverá existir um sistema de recompensas para acumulação de pontos e troca por vantagens;
- Pedidos e encomendas:
 - Os utilizadores deverão poder fazer pedidos de entrega na loja, em pontos de entrega (cacifos) ou entrega em casa;
 - Deverão ter acesso à listagem das encomendas realizadas e ao histórico de encomendas realizadas;
 - O processo de encomenda deverá variar conforme o tipo de configuração de encomenda definido pelo comerciante;
 - Deverá ser possível gravar moradas preferidas e selecionar como morada de entrega (exemplo: casa, trabalho);
 - Os métodos de entrega disponíveis podem variar conforme a localização definida de entrega pelo utilizador;
 - Os métodos de entrega podem ter custos diferentes para o utilizador conforme definido pelo comerciante;
- Pontos/prémios/cashback:
 - Os utilizadores deverão ter a possibilidade de acumular pontos em cada reserva/encomenda efetuada. Quando os pontos chegarem a determinados valores, podem ser transformados em vales de desconto ou prémios;
 - Os utilizadores deverão poder consultar os pontos que têm, explicando o processo de acumulação de pontos, bem como os pontos associados a cada ação;
 - Deverá ser possível o utilizador utilizar o vale de desconto nos comerciantes aderentes;
 - Deverá ser possível filtrar os estabelecimentos aderentes que aceitam os vales de desconto;
 - Deverão ter acesso à listagem dos movimentos efetuados e os pontos que acumularam em cada movimento.

Portal para comerciantes

Os comerciantes deverão ter acesso a um portal que oferece várias funcionalidades de gestão, no mínimo as abaixo detalhadas:

1. Agenda Digital

Os estabelecimentos deverão poder configurar as suas disponibilidades e aceitar reservas através da plataforma.

- Deverão ser disponibilizadas diversas opções que variam conforme o setor do comerciante de visualização da agenda, como listagem de reservas, mapa de mesas, timeline, calendários diários, semanais e de três dias e possibilidade de filtrar por colaborador;
- Deverá ser possível imprimir ou gerar documento em formato PDF com a listagem de reservas;
- Deverá ser possível gerar diferentes estados de reserva, incluindo confirmada, aguardando pagamento, não aceite, aguardando agendamento, entre outros;
- Deverá ser possível consultar no detalhe de uma reserva o histórico de alterações das reservas, bem como o utilizador que fez a alteração;
- Quando um colaborador coloca um número superior de clientes associado a uma mesa com um limite inferior, deverá aparecer uma mensagem de aviso a alertar para esse excesso;
- Deverá existir a possibilidade de adicionar marcações manualmente;
- Deverá existir a possibilidade de ver a previsão de ocupação em determinado horário e dia;
- Deverá permitir associar a reserva a uma ficha de cliente ou criar uma ficha de cliente. Sendo que à medida que se escreve o nome ou o número de telefone sugere fichas de cliente, de modo a facilitar encontrar fichas de cliente pré-existent. Depois de associada, a reserva mostra alguma informação sobre a ficha de cliente, nomeadamente, o total de reservas, data da última reserva, o nº de “no shows” ou não comparências, e o campo notas internas do cliente;
- Deverá permitir alocar a marcação ao recurso de destino (mesa, quarto, colaborador, etc.);
- Quando existe apenas um serviço no estabelecimento, este deverá ficar automaticamente pré-preenchido não sendo necessário preenchê-lo;
- Deverá permitir adicionar notas internas à reserva;
- Deverá permitir adicionar uma reserva ou walkin, diretamente no mapa de mesas, timeline ou calendário;
- Deverá ser possível configurar diferentes opções para reservas online, para associar a diferentes serviços ou campanhas, como:
 - Número mínimo e máximos de pessoas por reserva;
 - Limite máximo de pessoas no estabelecimento por horário;
 - Intervalo de tempo entre slots de reserva;
 - Tempo mínimo de antecedência para ser efetuada uma reserva;
 - Texto a apresentar ao cliente no início do processo de reserva;
 - Texto a apresentar ao cliente no final do processo de reserva;

- Tipo de reserva (Escolha de dia e hora - sujeita a confirmação, Escolha de dia e hora - confirmação imediata, Solicitação de interesse, sem escolha de dia e hora, agendamento posterior, Escolha de dia, Escolha de vários horários);
- Deverá permitir criar diferentes horários de modo a, por exemplo, criar um horário específico para reservas online, que é mais restrito que o horário normal do estabelecimento, ou um horário mais restrito para usufruição de uma campanha;
- Deverá ser possível associar o horário default (por omissão) ao estabelecimento comercial;
- Deverá existir a possibilidade de associar uma configuração de reserva a um determinado período horário;
- Deverá permitir ativar ou desativar notificações SMS, nomeadamente: notificação para o cliente no ato da reserva, notificação para o cliente 2 horas antes da reserva, notificação para o cliente 1 dia antes da reserva.

2. Link de reservas e encomendas

- Deverá existir um link de marcações, para partilhar nas redes sociais e adicionar ao website, para os clientes poderem efetuar as suas reservas/encomendas online 24/7;
- Link deverá conter todos os serviços e/ou produtos do estabelecimento para reservar;
- Caso o comerciante adicione ou altere algum serviço/produto, o link deverá ser automaticamente atualizado com as alterações;
- Deverá ser possível configurar reservas e/ou encomendas anónimas, o que permite que o utilizador não tenha a necessidade de criar conta no marketplace para reservar e/ou encomendar. Nestes casos é necessário que exista um link único que permita ao utilizador editar ou cancelar a reserva ou a encomenda, sem realizar login, que será partilhado com o cliente no momento da reserva ou encomenda.

3. Gestão de Fila de Espera à Porta

- Deverá ser permitida a inclusão de clientes em listas de espera;
- Os clientes deverão poder aceder a um link para cancelar ou verificar o estado da sua reserva na lista de espera;
- Deverá ser possível o envio de uma notificação via SMS quando o estabelecimento tem disponibilidade;
- Deverá ser possível a associação de futuras mesas, colaboradores ou outros recursos à reserva em espera.

4. Gestão de Encomendas

- A página para a gestão de encomendas apenas deverá estar visível para empresas de produtos ou que fazem takeaway ou delivery;
- Na página com as encomendas realizadas, estas deverão estar agrupadas por diferentes estados: pedidos por aceitar, aceites, a preparar, prontos a levar, a caminho e tratados;
- Deverá existir a possibilidade de criar encomendas manualmente e associá-las aos clientes;
- Deverá ser possível alocar a encomenda a um estafeta próprio ou solicitar entrega via empresa de logística externa;
- As comunicações deverão ser automáticas via e-mail, SMS e notificações para informar os utilizadores sobre o estado das suas encomendas.

5. Gestão de Produtos e Stocks

- Deve ser possível adicionar/editar/eliminar produtos;
- Deve ser possível criar/editar/eliminar secções de produtos de modo a ser possível organizar os produtos por tipologias;
- No processo de criação de produtos conforme a tipologia de produto selecionada os atributos a serem questionados devem ser ajustados, por exemplo se a tipologia for vestuário deve ser questionado qual a cor, grupo de idade, género, tamanho entre outros;
- Quando é iniciado um processo de encomenda por um cliente ou pelo comerciante, o stock desse produto deve ficar marcado como “alocado”, de modo a evitarem-se encomendas de produtos que podem ficar esgotados no final do processo de encomenda;
- Deve ser possível facilmente adicionar stocks de produtos;
- O nível de stock deve ser atualizado automaticamente conforme as encomendas criadas/recebidas/tratadas, deixando de ser possível iniciar processos de encomenda de produtos sem stock disponível.

6. Pagamentos Online

- Comerciante deverá poder configurar se pretende o pagamento antecipado da reserva;
- Deverão existir opções de pagamento online para reservas e encomendas com integração com métodos de pagamento seguros, como cartões de crédito, Google Pay, Apple Pay e outros sistemas de pagamento locais;
- A plataforma de pagamentos utilizada pelo marketplace deverá cumprir com os requisitos PSD2;
- Os pagamentos online devem ser transferidos para uma escrow account (conta garantia), detida pela plataforma de pagamentos para posterior transferência automática para o(s) comerciante(s) fazendo a divisão do pagamento entre a comissão que fica para o marketplace e o que fica para o comerciante, não ficando o fornecedor do marketplace a deter na sua conta bancária fundos dos comerciantes.

7. Bloqueio Reservas/Encomendas Online

- Deverá existir a possibilidade de bloquear um determinado período, nomeadamente 1 dia, algumas horas ou vários dias;
- Durante o período que for bloqueado, não deverá ser possível efetuar reservas/encomendas online no estabelecimento;
- Deverá existir a possibilidade de consultar a listagem dos períodos bloqueados, podendo a qualquer momento eliminar um bloqueio;
- Deverá existir a possibilidade de bloquear produtos de serem encomendados online;
- Os produtos deverão ficar automaticamente marcados como esgotados quando acaba o stock.

8. CRM e Fichas de Clientes

- Os estabelecimentos deverão ter acesso a um sistema de gestão de relacionamento com o cliente (CRM);
- Deverá ser possível visualizar a listagem de clientes, com estatísticas do nº de reservas efetuadas, a data da última reserva e o nº de não comparências;

- Deverá ser possível visualizar o detalhe de cada cliente, com informações (nome, contacto, email, NIF, data de aniversário e morada) e os dados estatísticos, bem como uma lista de transações/reservas online efetuadas pelo cliente;
- Deverá existir a possibilidade de pesquisar cliente pelo nome, nº de telemóvel, nif ou email;
- Deverá existir a possibilidade de adicionar uma nova ficha de cliente;
- Deverão ser criadas automaticamente fichas de clientes em reservas/encomendas online, quando o telemóvel associado à reserva não existe ainda no CRM.

9. Estabelecimento

- Quando se inicia o processo de criação de estabelecimento deverá ser possível, no caso de estabelecimentos comerciais, já presentes no Google, identificar o estabelecimento e pré-preencher automaticamente algumas informações presentes, nomeadamente nome, morada e horário;
- Deverá ser possível configurar as características do estabelecimento, bem como fotografias, serviços, produtos e recursos (colaboradores, mesas, quartos, entre outros);
- Deverá ser possível adicionar produtos/pratos e associar a uma secção;
- Deverá ser possível criar menu digital em formato QR code ou link, que pode ser utilizado pelo comerciante no seu site, redes sociais ou imprimir o QR code e colocá-lo visível para os clientes no seu estabelecimento;
- Sempre que for efetuada uma alteração no preçário, o menu digital/QR code deverá atualizar automaticamente;
- Deverá permitir ativar ou desativar notificações SMS, nomeadamente: notificação para o cliente no ato da reserva, notificação para o cliente 2 horas antes da reserva, notificação para o cliente 1 dia antes da reserva;
- Deverá existir nos restaurantes a possibilidade de adicionar secções do estabelecimento (esplanada, interior, 1º andar, ...). Poderá escolher não mostrar na agenda digital, no caso de a secção não estar disponível naquele momento;
- Deverá existir a possibilidade de adicionar recursos e associar a secções;
- Definir a capacidade de pessoas para cada mesa e secção;
- Deverá existir a possibilidade de criar e editar o mapa de mesas de cada secção, ajustando a posição e tamanho dos recursos, sendo possível ainda adicionar adereços ao seu mapa de mesas;
- Deverá ser possível quando aplicável associar colaboradores a serviços, de modo a ser mais fácil a gestão das reservas.

10. Múltiplos utilizadores

- Deverá existir a possibilidade de dar acesso a outros utilizadores ao portal de comerciante, escolhendo um determinado perfil com permissões adaptadas: como Administrador, Supervisor, Marketing, Financeiro e Colaborador;

- No caso de comerciantes que tenham como recursos colaboradores ou estafetas, deverá ser possível associar um novo utilizador do portal a esse recurso, de forma a facilitar o acesso deste utilizador às suas reservas/encomendas.

11. Campanhas

- No portal de comerciante deverá aparecer a listagem de todas as campanhas com o respetivo estado, as ações possíveis (ativar/inativar e solicitar alteração) e estatísticas das campanhas;
- O comerciante deverá ter controlo total das campanhas, ou seja, poderá ativar ou inativar uma campanha quando pretender;
- Deverá existir a possibilidade de visualizar as estatísticas de cada campanha, nomeadamente: o número de visualizações, o número de reservas e o número de reservas que efetivamente são concretizadas;
- Deverá existir a possibilidade de filtrar na tabela para mostrar apenas as campanhas ativas, em pausa, expiradas ou todas;
- O processo de criação de campanhas em serviços deverá ter perguntas a variar conforme o tipo de serviço escolhido e devem ser na maioria de seleção, de modo a evitar campos de texto abertos;

12. Channel Manager

- Deverá existir a possibilidade de criar diferentes tipos de canais de proveniência de reservas/encomendas (exemplos, site, página facebook, QR code em flyers, hotel 1, hotel 2, etc) de forma a perceber de onde provém as reservas;
- Cada canal deverá ter um link de reservas único, de modo que as reservas realizadas através do link fiquem automaticamente associadas a esse canal.

13. Avaliações

- Deverá ser possível visualizar a listagem de avaliações dos clientes, com a opção de comentar as mesmas;
- As avaliações deverão estar disponíveis e visíveis no marketplace.

14. Detalhes saldo

- Deverá existir a possibilidade de carregar saldo na conta, sendo este valor utilizado para cobrir gastos com SMS, comissões de transações/reservas online ou de entregas;
- Deverá ser possível visualizar a listagem de todos os movimentos de saldo ocorridos com os devidos detalhes;
- Será responsabilidade do fornecedor da solução faturar pelo carregamento do saldo;
- O saldo oferecido em cashback aos clientes finais deverá igualmente ser retirado deste saldo, de modo a se evitarem comportamentos abusivos por parte de comerciante ao oferecer indiscriminadamente cashback a utilizadores;
- Cada comerciante deverá iniciar com um saldo total de 50€ (cinquenta euros);
- Caso o comerciante esgote o saldo, já não poderá oferecer mais cashback aos utilizadores.

Outros requisitos do marketplace

Deverão ser assegurados os seguintes requisitos mínimos:

- Deverá permitir à mesma empresa fiscal deter vários estabelecimentos comerciais de diferentes áreas de negócio, sendo que o portal deverá adaptar-se a cada tipo de negócio;
- O portal deverá ser responsive;
- Deverá existir a possibilidade de colocar o portal em modo claro e modo escuro, ajustando-se ao ambiente do estabelecimento e período do dia;
- Deverá guardar em cache a informação de modo a permitir uma experiência mais rápida e eficiente;
- O portal deverá ser multilingue e estar disponível em português, inglês e espanhol;
- Deverá atualizar automaticamente os dados de reservas e encomendas sem necessitar de intervenção de quem está a utilizar a plataforma. Se eventualmente a informação não for atualizada automaticamente, apresenta um alerta a solicitar a atualização da mesma;
- Deverá existir a possibilidade de gestão de reservas, encomendas, produtos, horários e configurações.

Integrações

- Integração Google Reserve: Os restaurantes deverão poder receber reservas online diretamente do Google Maps ou do Google My Business, sem ser reencaminhado para um url externo, isto é, de forma integrada via parceiro do programa “Reserve with Google”, não devendo haver nenhum custo adicional por reserva. As reservas recebidas através deste canal, deverão resultar para os comerciantes num fluxo igual a receber uma reserva via o Marketplace do Bairro Digital;
- Integração Google Shopping: A plataforma deverá permitir que os produtos adicionados sejam enviados para o Google Shopping de forma automática com as atualizações aos stocks e respetivas disponibilidades a serem igualmente automaticamente atualizados;
- Integração empresa de distribuição: Deverá existir uma integração com a API de uma empresa de logística externa com alcance nacional, que deverá permitir facilmente ao comerciante expedir as encomendas que recebe online ou adiciona manualmente ao portal;
- Integração com outro(s) marketplace(s): Os comerciantes, produtos e serviços adicionados no marketplace do Bairro Comercial Digital, devem, igualmente, ficar automaticamente disponíveis, de forma totalmente integrada, em pelo menos mais um marketplace, com diferentes áreas de atividades económicas, incluindo, pelo menos, os setores de restauração, saúde e beleza, lazer, alojamento e produtos, e com um volume anual de sessões ao marketplace proveniente de Portugal superior a 500 mil;
- As reservas e compras de produtos provenientes deste(s) marketplace(s) deverão resultar num fluxo idêntico para o comerciante ao nível de experiência de utilização;
- Para que o Gestor do Bairro consiga monitorizar os KPIs relacionados com o marketplace, deve existir uma integração com uma plataforma agregadora, que deverá ser visualizada em monitores dedicados exclusivamente a essa plataforma (equipamentos para gestão centralizada do Bairro);

- Poder ser gerados vales de desconto (códigos) para quem faz compras no bairro que permitam, através da aplicação móvel da plataforma de gestão do estacionamento presente no Município, serem carregados e assim ser utilizados como estacionamento gratuito durante certo período de tempo.

Serviços de acompanhamento

Onboarding de comerciantes

Para uma boa capacitação inicial do comerciante, e por forma a haver uma coerência e fiabilidade na informação disponibilizada no marketplace, o concorrente deverá apoiar cada comerciante no seu processo de onboarding, no mínimo, da seguinte forma:

- Em data a acordar com o Município, o adjudicatário deverá realizar uma capacitação inicial presencial de 8 horas, em local a disponibilizar pelo Município, onde apresenta a plataforma tecnológica a todos os comerciantes. Posteriormente deverão ser realizadas mais dois webinars de capacitação, de 2 horas, a todos os comerciantes (com espaçamento de pelo menos 1 mês entre eles). Adicionalmente, os comerciantes podem esclarecer através da linha de apoio e de tutoriais todas as dúvidas que têm para utilizar o marketplace ou as ferramentas digitais. A adição de produtos, serviços e campanhas à plataforma é da responsabilidade dos comerciantes;
- Nos casos em que os comerciantes não tenham fotos para adicionar ao seu perfil, o adjudicatário deverá realizar o levantamento fotográfico de modo a garantir que cada estabelecimento possui pelo menos 3 fotos. Não será necessário realizar o levantamento fotográfico dos produtos dos comerciantes;
- Os produtos/serviços adicionados deverão ser revistos, de modo a reduzir-se a adição de conteúdos com gralhas ou pouca qualidade;
- Deverá ser partilhado com cada comerciante o link da sua loja virtual no marketplace;
- Deverá ser realizada uma revisão ou apoiar na criação do perfil do Google Business. Deverá ser partilhado com o Município um resumo dos dados obtidos;
- Deverá ser realizado um levantamento da presença digital de cada comerciante, nomeadamente website, redes sociais, presença Google, e identificar áreas de melhoria em cada local. Deverá ser partilhado com o Município um resumo dos dados obtidos;
- Seja através de um webinar inicial de capacitação a todos os comerciantes, seja através da linha de apoio e de demonstrações solicitadas, os comerciantes deverão ter a adequada capacitação para utilizarem o marketplace e as diferentes ferramentas digitais disponibilizadas;
- Nas primeiras 3 reservas/encomendas de cada comerciante, de modo a evitar-se más experiências para os clientes finais e para lembrá-lo de como funciona o processo, o concorrente deverá ser realizada uma chamada de telefónica para o comerciante.

Manutenção e acompanhamento

O concorrente deverá, quando o marketplace já estiver a funcionar, prestar os seguintes serviços:

- Revisão de conteúdos adicionados à plataforma;

- Análise e aprovação de reviews dos utilizadores; revisão e aprovação de campanhas adicionadas pelos comerciantes; verificação de alterações na loja (nome, morada, contactos, entre outras); alteração de fotografias e preços, se necessário;
- Linha de apoio a comerciantes e utilizadores (e-mail, chat e telefone), entre as 10:00 e as 19:00 nos dias úteis;
- Controlo de qualidade, em comerciantes que não estão a seguir os processos de confirmação de reservas e encomendas;
- Revisão de comentários abaixo de 3 estrelas em comerciantes, de modo a constatar o que aconteceu e falar com o comerciante se necessário;
- Revisão de textos de comentários com linguagem imprópria;
- Adicionalmente, em periodicidade a definir, deverão ser enviados por e-mail para o Gestor do Bairro dashboards e relatórios requeridos pelo Município para poder analisar o funcionamento do marketplace (estado do registo de comerciantes, número de reservas por mês, número de encomendas por mês, número de utilizadores registados, etc.);
- Deverão ser disponibilizadas atualizações regulares para correção de bugs e implementação de novos recursos e monitorização contínua para garantir a disponibilidade da plataforma;
- Deverá incluir igualmente os custos de alojamento e manutenção;
- O sistema deve ter um load balancer e deve ser capaz de auto scaling de forma a conseguir escalar os recursos dos servidores para alturas de maior carga;
- Deve ser possível fazer atualizações às aplicações sem downtime e de forma automática;
- A base de dados deve estar alojada num servidor separado dos servidores aplicativos para uma melhor segurança e melhor gestão de recursos computacionais;
- Os servidores e todos os dados processados devem estar alojados dentro da União Europeia.

A proposta a apresentar deverá incluir e ter as seguintes considerações:

- O valor da proposta deverá garantir o licenciamento da solução tecnológica e serviços de acompanhamento referidos anteriormente durante dois anos;
- Não devem existir custos transacionais adicionais para os comerciantes ou Município em reservas ou encomendas sem pagamentos online associados, no marketplace do Bairro;
- O concorrente na proposta deverá indicar o valor máximo a cobrar ao comerciante por pagamento online via split payment, no marketplace do Bairro;
- Não devem igualmente existir custos transacionais adicionais para os comerciantes ou Município em reservas ou encomendas sem pagamentos online associados, no(s) marketplace(s) integrado(s). Em caso de existirem exceções, o concorrente deverá indicar quais e o valor máximo de comissão;
- Cada comerciante deverá ter uma oferta de 50 SMS;
- Deverão ser considerados 200 comerciantes para efeito de capacitação e acompanhamento.

Desenvolvimento e implementação de solução de gestão centralizada de conteúdos

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO N.º 5386 "BAIRRO COMERCIAL DIGITAL MANGUALDE", APROVADO NO ÂMBITO DOS BAIRROS

COMERCIAIS DIGITAIS (PRR)

40

Pretende-se a aquisição de uma plataforma de gestão centralizada de conteúdos. Esta plataforma deverá ser acessível, segura e responsiva, sem que exista a necessidade de instalação de qualquer software ou plugin, permitindo através de um único ponto de acesso gerir todo o conteúdo presente em qualquer solução do Bairro Comercial Digital.

A plataforma deverá ter uma interface intuitiva que possibilite a criação, edição e publicação de conteúdos de forma ágil, possibilitando a adaptação automática dos mesmos às várias soluções existentes no Bairro.

Deverá ser capaz de integrar eficazmente conteúdos de várias fontes e sistemas numa única plataforma, garantindo a qualidade, coerência e conformidade com as regulamentações aplicáveis, como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

A solução proposta deverá cumprir com as seguintes especificações técnicas mínimas:

- A plataforma deverá ser responsiva, garantindo que possa ser acedida a partir de qualquer dispositivo, incluindo smartphones, tablets e desktops, através de um navegador de internet, sem a necessidade de instalação de software ou plugin adicional;
- Adotar as diretrizes de acessibilidade WCAG (Web Content Accessibility Guidelines) para garantir que todos os utilizadores, incluindo aqueles com necessidades especiais, possam interagir com a plataforma de forma eficaz e sem perder valências de utilização da mesma;
- Capacidade de criar, editar e publicar conteúdo de maneira intuitiva e eficiente;
- Categorização de conteúdo para facilitar a organização e pesquisa do mesmo;
- Agendamento da publicação por dia e hora e remoção de conteúdo para atender às necessidades específicas de promoções e eventos;
- Deverá possuir uma galeria multimédia para gestão de imagens, vídeos e documentos, capaz de:
 - Upload de múltiplas imagens/vídeos em simultâneo;
 - Recortes automáticos de imagens consoante o local onde a mesma é aplicada, reutilizando a mesma imagem de forma a otimizar os recursos de infraestrutura. Deverá permitir a edição da área da imagem recortada através do backoffice da solução;
 - Edição de imagens de pelo menos ajuste de tamanho, resolução, dimensões e ajustes de cor, sem sair do backoffice da solução;
 - Ajuste automático de tamanho físico da imagem, sem retirar qualidade à imagem para uma melhor otimização de ocupação da infraestrutura física do alojamento da solução;
- Permitir a reutilização de conteúdos de forma transversal às soluções, isto é, o mesmo conteúdo poder ser utilizado em múltiplas zonas, páginas ou solução sem a necessidade de replicação do mesmo (por exemplo, notícias, eventos, imagens, formulários);
- Permitir a gestão de menus de forma autónoma, sem a limitação de níveis e a sua organização efetuada com recurso à tecnologia arrasta & larga;
- Interface visual para a gestão de conteúdos em páginas (WYSIWYG);
- Adicionar textos, imagens, vídeos, tabelas ou ficheiros a páginas ou áreas com recurso a um editor de texto avançado (WYSIWYG);
- Possibilidade de pesquisa de conteúdos na solução;

- Gestão de formulários dinâmicos que permita:
 - Não existir limitação de campos e com recurso a um motor gráfico de criação com a tecnologia de arrasta & larga;
 - No mínimo as seguintes tipologias de campos:
 - Texto;
 - Texto multi-linha;
 - Número;
 - Email;
 - Data e hora;
 - Upload de ficheiros e imagens com limitação de tipologia de ficheiros aceite e quantidade. Deverá possibilitar o upload de múltiplos ficheiros em simultâneo;
 - Escolha múltipla;
 - Escolha obrigatória;
 - Definição de campos obrigatórios e opcionais;
 - Validação de campos com base na utilização de expressões regulares;
 - Lógica condicional entre campos do formulário;
 - Definição de notificações associadas à submissão do formulário, quer para os utilizadores do backoffice como para os utilizadores que submetem os formulários. Possibilidade de definição logo das metatags a serem enviadas nessas notificações;
 - Gestão de mensagens de sucesso ou páginas de sucesso a apresentar na submissão;
 - Visualização em backoffice das submissões de cada formulário com indicadores estatísticos associados e possibilidade de exportação dos mesmos para ficheiro xls e csv;
 - Cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados para dados sensíveis e pessoais;
- Gestão de utilizadores e respetivos perfis, sendo que as permissões deverão poder ser atribuídas ao perfil ou ao utilizador em específico;
- Gestão de segurança no acesso com definição de dupla autenticação no acesso, obrigatoriedade de utilização de passwords seguras e integração com sistemas externos para autenticação, como sistemas de AD e/ou LDAP;
- Deverá ser possível configurar ou desabilitar a dupla autenticação para redes de ligação específicas;
- Possibilidade de pré-visualização do conteúdo antes da publicação do mesmo;
- Deverá ser possível configurar aspetos gráficos do website através da inserção de código HTML e CSS no próprio backoffice da solução;
- Possibilidade de limitar o acesso ao backoffice a determinadas redes ou gamas de IPs;
- Garantir mecanismos de segurança que permita:
 - Bloqueio temporário e permanente de utilizadores (IPs);
 - Configurar regras para o bloqueio temporário e permanente, por exemplo, um utilizador que tente aceder a páginas que não existem 5 vezes fica bloqueado 5 minutos, da segunda vez fica bloqueado temporariamente 15 minutos e à terceira vez fica bloqueado permanentemente;

- Alertas de tentativas de ataque;
- Reports diários de tentativas de ataque e utilizadores bloqueados;
- Backups diários automáticos de base de dados;
- Configurações de whitelists e blacklists;
- Configuração que permita a consulta das principais blacklists publicadas para evitar tentativas de ataque já conhecidos;
- Configuração de mensagem para mostrar a utilizadores bloqueados;
- Todas as comunicações da solução serão efetuadas com recurso a comunicações seguras em SSL;
- Possibilitar a configuração e automação de backups e restore da informação, podendo definir quais as componentes a fazer backup, nomeadamente base de dados, ficheiros multimédia e ficheiros de configuração. Deverá também possibilitar o backup para infraestruturas externas através da ligação às mesmas;
- Possibilitar o registo de toda a atividade dos utilizadores em backoffice para ficheiros de logs e possibilidade de consultar em backoffice por utilizadores com permissão para tal, garantindo assim o registo de quem fez as alterações;
- Garantir que a solução seja multilingue sem limitação do número de línguas, garantindo que seja possível:
 - Gerir quais as línguas disponíveis de forma autónoma;
 - Gerir se as traduções são efetuadas de forma manual ou através da integração com sistemas de tradução open source, nomeadamente o Google Translate;
 - Possibilitar que se não existir tradução de algum conteúdo, o mesmo ser apresentado na língua original da solução, de forma que nenhum conteúdo não seja mostrado;
- Garantir que a solução é modular e escalável, baseada em módulos ou plugins, de forma que a solução seja evolutiva ou atualizável sem a necessidade de interrupção de outras componentes;
- Capacidade de integração com ferramentas de análise (Google Analytics ou semelhantes) de visitantes e análise de comportamentos dos mesmos sem a necessidade de sair do backoffice de solução;
- Possuir um sistema integrado de gestão e envio de newsletters completo em backoffice, possibilitando assim gerir toda a componente de newsletters do Bairro no mesmo sistema, possibilitando para isso:
 - Criação de formulários de subscrição de newsletters em conformidade com o novo Regime Geral de Proteção de Dados;
 - Configuração de dupla validação (email de confirmação dos dados inseridos) para que uma subscrição seja validada;
 - Gestão de um número ilimitado de listas de subscritores e de segmentos de envios de newsletters;
 - Em todas as newsletters a possibilidade de o subscritor editar os seus dados e as listas subscritas ou cancelar por completo a subscrição;
 - Importação e exportação de listas de subscritores em CSV;
 - Motor gráfico de construção de newsletters com a reutilização de conteúdos previamente inseridos na solução ou a inserção de conteúdos de forma manual;

- Gestão de templates sem limitação de número, de forma a poder ter templates diferentes para cada tipologia de newsletter;
- Envio de newsletters através da solução sem utilização de ferramentas externas ou necessidade de sair do backoffice da solução;
- Capacidade de gestão de subscritores;
- Implementação de medidas abrangentes de cibersegurança, como firewall, criptografia de dados, auditorias de segurança regulares e testes de penetração;
- Registo de todas as ações realizadas na plataforma com registo de histórico de versões e capacidade de reverter o conteúdo para uma versão anterior em qualquer momento através do histórico de versões;
- A solução deverá estar em conformidade com o Regime Geral de Proteção de Dados, nomeadamente o que diz respeito à encriptação dos dados em base de dados, ao controlo de acesso aos dados considerados pessoais, à definição e gestão da política de privacidade e a possibilitar o direito ao esquecimento;
- Deverá ser compatível com as principais plataformas de hospedagem web e ter alta disponibilidade;
- Deverá garantir a integração de informação com a plataforma de gestão de estacionamento presente no município;
- Deverá apresentar dados estatísticos da ocupação do estacionamento no Município para que possa servir de apoio na decisão de ações relativas ao bairro mediante estes dados, devendo ser os mesmos obtidos através da integração com a plataforma de gestão de estacionamento em utilização no Município;
- Deverão ser fornecidos todos os equipamentos e hardware necessários à utilização da plataforma, nomeadamente, postos de trabalho necessários.

Implementação de uma plataforma analítica de gestão e integração de comportamentos e análise de tráfego económico no Bairro (analytics)

Pretende-se uma plataforma de analítica de mobilidade que deverá ser uma plataforma de middleware que permite compreender indicadores chave para o Município. De forma, a que a equipa de gestão do Município consiga monitorizar toda a sua atividade a partir de uma plataforma integradora, que deverá ser visualizada em monitores dedicados exclusivamente a essa plataforma (equipamentos para gestão centralizada do bairro).

Solução de monitorização da mobilidade

Pretende-se implementar uma solução de gestão e interação móvel – analytics, que, no mínimo, permita:

- Monitorização da população residente, visitante e turística (fluxos de origem/destino, análise de períodos de permanência, frequência);
- Analisar comportamentos de mobilidade e perfilagem dos consumidores;
- Avaliar o impacto de iniciativas e eventos realizados no bairro;
- Apoiar a tomada de decisão, o dimensionamento e aplicabilidade de ofertas criadas para o(s) público(s)-alvo;
- Informar os residentes e visitantes, atempadamente, sob o nível de pressão populacional, trânsito, estacionamento e tempos de espera.

Os serviços e soluções aqui descritos deverão ter como base uma capacidade de análise de dados recolhidos no uso da rede móvel, sujeitos a um rigoroso processo de anonimização – cumprindo o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) – e extrapolação para o universo total da população.

Através de uma arquitetura robusta e ágil, o serviço de analytics de mobilidade deverá oferecer uma solução de fácil monitorização das movimentações dos habitantes e visitantes do bairro com modelação, processamento e visualização geográfica interativa e dinâmica, com granularidade variável, capaz de entregar inteligência em diversos formatos. A informação recolhida e computada deverá poder ser possível ser acedida através de uma plataforma middleware de analítica que permita compreender a localização e movimentos dos visitantes nacionais e estrangeiros a cada momento, através de uma experiência user-friendly.

Como âmbito de solução, as melhores práticas indicam necessário englobar o fornecimento de indicadores de perfilagem e comportamento para a monitorização dos habitantes e visitantes do bairro, integrando fontes de dados internos e externos numa plataforma única, de forma que as análises respondam ao objetivo que visa compreender quais os influenciadores da dinâmica do território.

Através de uma capacidade de processamento e computação de dados de comunicações, capazes de quantificar número de pessoas e qualificar segmentos circulantes, esta análises deverão ser, por sua vez, desenvolvidas com uma granularidade por freguesia e secção estatística e a sua geografia contígua, com dados atualizados mensalmente, capazes de analisar os seguintes indicadores:

- Número de pessoas no Bairro: Contagem do número de indivíduos únicos identificados no Bairro, considerando:
 - Segmentação das contagens entre:
 - Residentes;
 - Trabalhadores;
 - Visitantes;
 - Estrangeiros;
 - Granularidade temporal:
 - Hora;
 - Dia;
 - Mês;
- Estrangeiros vs nacionais no Bairro:
 - Segmentação das contagens entre:
 - Nacionais;
 - Estrangeiros;
 - Granularidade temporal:
 - Hora;
 - Dia;
 - Mês;
- Pressão de visitantes: Proporção de visitantes face aos residentes, considerando:

- Granularidade temporal:
 - Hora;
 - Dia;
 - Mês;
- Pressão de estrangeiros: Proporção de estrangeiros face aos residentes, considerando: o
 - Granularidade temporal:
 - Hora;
 - Dia;
 - Mês;
- Tempo de permanência no Bairro:
 - Segmentação dos intervalos de permanência:
 - Até 1h;
 - Entre 1-2h;
 - Entre 2-4h;
 - Entre 4-8h;
 - Entre 8-24h;
 - Granularidade temporal: Dia;
- Número e frequência de repetição de visitas ao Bairro:
 - Segmentação dos intervalos entre:
 - Visitante frequente: 1x por semana;
 - Visitante normal: 1x por mês;
 - Visitante não frequente: <1x por mês;
 - Granularidade temporal: Mês;
- Idade dos visitantes nacionais: Segmentação das contagens dos visitantes nacionais por idade, considerando:
 - Segmentação dos intervalos por idade:
 - Entre 15-20 anos;
 - Entre 21-34 anos;
 - Entre 35-49 anos;
 - Entre 50-64 anos;
 - 65 ou mais anos;
 - Granularidade temporal:
 - Hora;
 - Dia;
 - Mês;
- Gênero dos visitantes nacionais: Segmentação das contagens dos visitantes nacionais por gênero, considerando:
 - Segmentação dos intervalos por gênero:

- Masculino;
 - Feminino;
- Granularidade temporal:
 - Hora;
 - Dia;
 - Mês;
- Alcance do Bairro – Origem dos visitantes nacionais e estrangeiros: Origem dos indivíduos identificados no Bairro, considerando:
 - Segmentação das origens dos visitantes:
 - Local – mesma freguesia ou concelho da localização do Bairro;
 - Regional – mesmo distrito da localização do Bairro;
 - Nacional – outro distrito, diferente do da localização do Bairro;
 - Internacional – fora de Portugal;
 - Granularidade temporal: Mês.

Formato de fornecimento de dados

A plataforma proposta deverá ter a capacidade de receber dados dos fornecedores de diferentes verticais, permitindo a representação gráfica de todas as fontes de informação e de todos os dados num mapa com opção de visualização “Satélite” ou “Híbrida”, bastando que, associado à informação que se pretenda receber, estejam associadas as respetivas coordenadas geográficas ou estejam em formato de sistema de informação geográfico.

Esta solução deverá permitir ações maioritariamente drag & drop para uma utilização user friendly. Deverá ser igualmente possível a criação de uma camada de informação visível ou não, possibilitando adicionar etiquetas a cada elemento geográfico e criação de mapas de calor. A plataforma deverá possibilitar, de uma forma simples, configurar análises a partir de comandos como calculadora, filtros, criação de mapas e ainda a configuração de dashboards gráficos com campos alfanuméricos e gráficos de barras, pie ou linhas, estáticos ou em série temporal, todos facilmente configurados sem ser necessário qualquer conhecimento técnico.

Este serviço deverá apresentar uma solução de dashboard global, por forma a que a equipa de gestão do Município consiga monitorizar toda a sua atividade a partir de uma interface central integradora onde inclui:

- Acesso à plataforma agregadora de dados para 5 utilizadores (i.e., Gestores do Bairro);
- Infraestrutura de cloud com atualizações de dados diários através de pipeline automatizadas;
- Interface moderno, user friendly e intuitivo;
- Possibilidade de aumentar o nível de utilizadores e capacidade de dados ao longo do tempo;
- Possibilidade de integrar camadas de dados abertos, como dados dos censos e unidades estatísticas do INE, limites administrativos de concelho e freguesia, regiões NUTS, temperaturas, pontos de interesse, rede viária e dados do Turismo de Portugal;
- Camadas de informação que permitem categorizar a população presente (i.e., trabalhadores e residentes) e visitante;

- Disponibilização dos dados de cada camada de informação essencial num layout de representação geográfica, o qual permite também a integração de fontes de dados de outras origens, desde que estes dados tenham coordenadas geográficas, ou estejam em formato de sistema de informação geográfico;
- Capacidade de criar camadas de informação: pontos, linhas ou áreas adicionais a partir de camadas já carregadas, filtros das mesmas ou outras fontes de dados georreferenciados que qualquer utilizador queira carregar adicionalmente;
- Importação de dados: capacidade de integrar dados nos formatos XLS, CSV, ArcGis shapefile, MapInfo TABs e KMLs;
- Visualização de métricas, KPIs e gráficos referente a objetos geográficos;
- Cálculo de KPIs e gráficos referente a objetos geográficos: capaz de gerar KPIs e gráficos de resultados;
- Acesso às tabelas de informação associadas a cada camada de informação, podendo ainda controlar os campos visíveis a cada utilização e exportar;
- Exportação de dados e resultados;
- Interface analítica baseada em: Open Street Maps (OSM), Map Pan & Zoom in/out – satélite/aéreo e híbridos;
- Mapa de contexto pré-carregado, com opção dos ambientes de visualização em diferentes mapas de contexto;
- Adicionar e/ ou remover camadas de informação do espaço de trabalho para benefício da usabilidade do utilizador, por drag and drop;
- Biblioteca de layers de informação (com objetos geográficos e respetivos dados qualitativos, quantitativos e/ou temporais);
- Criação filtros complexos entre atributos ou camadas de informação por pedidos de condições AND ou OR, maior, menor, igual, que traduzam resultados por áreas perto/ longe, a dada distância, dentro/ fora, e consigam mostrar interseções e pesquisas temporais;
- Área gráfica com campos alfanuméricos para demonstração de resultados como gráficos estáticos ou em série temporal e funções estatísticas (contagem, soma, média, mínimo e máximo);
- Possibilidade de criar mapas temáticos ou de calor, com hipótese de escolher o número de classes, cores e definição de intervalos de classe, permitindo que o utilizador desligue e ligue elementos da legenda do(s) mapa(s) dinamicamente. As opções incluem mapas de intervalos, de valores únicos, de intervalos de datas, comparação de duas variáveis;
- Capacidade de guardar e ver uma lista de análises gravadas pelo utilizador com camadas de informação disponibilizadas na plataforma ou carregadas pelo próprio utilizador sem ter de ser administrador;
- Partilha de análises com outros utilizadores e grupos de utilizadores em formato de ferramenta de colaboração;
- Sistema web, multi-browser, acessível desde qualquer localização por desktop e mobile;
- A solução deverá apresentar dados estatísticos da ocupação do estacionamento sensorizado de forma a facultar mais uma fonte de informação para apoio na tomada de decisão. Estes dados deverão ser obtidos através da integração com a plataforma de gestão de estacionamento em utilização no Município.

Analytics de comportamento económico

Pretende-se a aquisição de um serviço analytics de comportamento económico, um serviço de dados de consumo que permite observar a evolução da atividade económica do Município, com base num conjunto de variáveis caraterizadoras, tais como, sector de atividade, comércio físico vs. online, geografia, cliente português vs. estrangeiro, entre outros. A solução deverá basear-se no ecossistema de pagamentos nacional e na informação da atividade dos mercados onde o analytics de comportamento económico opera, oferecendo uma análise à escala nacional.

O serviço analytics de comportamento económico deverá ser acessível através de uma plataforma web, permitindo a exportação da informação em ficheiros xls ou csv, para análise noutra ferramenta ou para integração com outras soluções. Deverá permitir o reporte e facilitar a exploração de indicadores da atividade económica em Portugal, com foco no concelho e na atividade local e no comportamento de consumo dos clientes que visitem o bairro, com informação detalhada:

- Sobre as operações de compra e levantamentos na rede MULTIBANCO, expressas em número e valor, bem como ao número de cartões e estabelecimentos com operações, em valor absoluto e variação homóloga;
- O histórico dos dados de 24 meses, permitindo assim comparações homólogas completas para os últimos 12 meses;
- Segmentação por geografia (município, freguesias e zonas customizadas), com atualização semanal da informação e detalhe por mês e semana;
- Segmentação por períodos mensais, semanais e tipo de dia da semana (dia da semana e fim de-semana);
- Segmentação por setor de atividade (Código de Setor de Atividade, Códigos de Atividade Empresarial);
- Segmentação pelo país de origem do cartão estrangeiro e região do cartão português;
- Perfil de consumo dos cartões portugueses, incluindo escalões de perfil de riqueza – gasto total / acumulado no período, share of wallet - distribuição percentual dos gastos no período por setor de atividade e “lealdade ao concelho”, representada pela percentagem do valor de compras gasto no município face ao total de compras do cartão.

Para permitir monitorizar a evolução da atividade económica, pretende-se que o serviço analytics de comportamento económico compreenda um histórico de dados com múltiplos atributos de caracterização da informação, possibilitando a análise de variações homólogas por Bairro, setor de atividade e por diferentes segmentos do consumidor como perfil de riqueza, origem (no próprio município, de outro município ou estrangeiro). A análise em série temporal de todos estes atributos deverá permitir caracterizar ações e reações em diferentes momentos, facilitando a identificação das melhores estratégias de dinamização do consumo nos Bairros Comerciais, contribuindo para a crescente importância e relevância do comércio local no tecido empresarial e comercial do município.

O concorrente deverá apresentar os indicadores referidos de seguida:

- Visão sumária e análise comparativa;
- Variações homólogas de consumo no município, freguesias ou Bairro em número e valor de compras, número de valor de levantamentos, número de cartões com operações, número de estabelecimentos com compras e levantamentos médios por cartão e compras médias por estabelecimento;
- Análise do consumo em períodos mensais ou semanais;

- Evolução da atividade para o município, freguesias ou Bairro, em número de compras, valor das compras, valor médio da compra;
- Distribuição da origem dos consumidores em percentagem de consumo em valor para %Munícipes, %Visitantes e %Estrangeiros;
- Visão geral do Bairro Comercial Digital;
- Evolução da atividade da zona: número de compras, valor das compras, valor médio da compra;
- Caracterização do cliente português:
 - Origem do cliente português – munícipe ou visitante;
 - Frequência de consumo do cliente português – número de dias com consumo por setor no período em análise;
 - Perfil de riqueza do cliente português – escalões de valor acumulado de consumo no período em análise;
 - Hábitos de consumo/share of wallet - distribuição do consumo no período em análise pelos diferentes setores de atividade;
- Caracterização do cliente estrangeiro:
 - País de origem do cliente estrangeiro;
- Ferramentas a disponibilizar:
 - Monitorização da atividade: a solução deverá permitir a monitorização da atividade económica do bairro, disponibilizando informações sobre o consumo, tendências e desempenho dos estabelecimentos por período e setor de atividade;
 - Análise de comportamento de consumo: a solução deverá fornecer informações sobre o comportamento de consumo dos munícipes e visitantes, ajudando o Gestor de Bairro na tomada de decisões;
 - Comparação da evolução da atividade económica: através da comparação com outros bairros e freguesias do município, bem como com diferentes municípios nacionais, a solução permitirá realizar comparações/benchmarks das evoluções por setor de atividade e verificar que setores cresceram acima ou abaixo de outros locais e se as ações desenvolvidas resultaram na real promoção dos Bairros.

Instalação e implementação de passeadeiras inteligentes

As passeadeiras inteligentes deverão apresentar vários benefícios, como a monitorização da mobilidade das pessoas, melhoria da segurança rodoviária e potencial redução de acidentes. Estas passeadeiras inteligentes deverão consistir em tecnologias avançadas, incluindo sensorização de imagem com IA (Inteligência Artificial), sinais luminosos e capacidade de gerar informações anonimizadas, que são partilhadas com o Município por meio de conectividade móvel 5G.

Deverão ser apresentadas 2 (duas) passeadeiras inteligentes e o Município deverá poder visualizar os dados analíticos fornecidos por esta solução na plataforma agregadora existente no Município, que deverá ser visualizada em monitores dedicados exclusivamente a essa plataforma (equipamentos para gestão centralizada do Bairro).

As passadeiras inteligentes deverão garantir um conjunto de funcionalidades, assentes em determinadas características técnicas, conforme indicado nos seguintes pontos:

Funcionalidades mínimas obrigatórias

- Deteção de pessoas: O sistema deverá ser capaz de detetar a presença de pessoas nas passadeiras de peões e gerar um aviso luminoso para alertar os condutores;
- Iluminação automática: O sistema deverá acionar a iluminação viária e luminárias de pontos de luz de forma automática quando ocorre um alarme, melhorando a visibilidade da passadeira para os condutores;
- Deteção de quedas: A solução deverá gerar de forma automática um indicador/alertas na plataforma agregadora aquando da deteção de uma queda de um peão numa passadeira;
- Alarme de zona ajustável: O sistema deverá permitir a definição de zonas de alarme nas passadeiras, onde a deteção de pessoas ativará o alarme;
- Comunicação entre peões e condutores: O sistema deverá utilizar sinais luminosos para comunicar a presença de pedestres aos condutores, incentivando-os a reduzir a velocidade e ceder a passagem;
- Eficiência energética: O sistema deverá ser energeticamente eficiente, ativando-se apenas na presença de pessoas e utilizando tecnologia LED de baixo consumo energético;
- Monitorização em tempo real: O sistema deverá fornecer na plataforma agregadora informações em tempo real sobre o seu estado de funcionamento, consumo energético, horas de operação das lâmpadas LED, entre outros parâmetros relevantes;
- Conexão com central de controlo e monitorização: O sistema deverá estar conectado a plataforma agregadora, permitindo o acesso remoto aos dados e a gestão da solução;
- Recolha de dados analíticos: O sistema deverá ser capaz de recolher dados analíticos, como contagem de pessoas nas passadeiras, sentido de passagem, contagem de veículos, velocidade, estacionamento indevido, entre outros, fornecendo informações úteis para tomadas de decisão e estudos de mobilidade na plataforma;
- Cumprimento das regulamentações de privacidade: O sistema deverá estar em conformidade com as regulamentações de proteção de dados, como o RGPD, garantindo que não há gravação de imagens e preservando a privacidade dos indivíduos;
- Processamento das imagens: O sistema deverá ser capaz de realizar o processamento das imagens localmente, com envio dos metadados anonimizados via conectividade móvel;
- Integração de elementos da solução: Todos os elementos que compõem a solução, onde se incluem router, sensores de imagem, baterias, entre outros, deverão estar integrados dentro de uma coluna única, de perfil discreto, de diâmetro não superior a 200mm, por forma a minimizar o impacto visual da solução;
- A solução deverá incluir as comunicações móveis necessárias, assentes em tecnologias standard e bandas licenciadas 5G, por forma a evitar a necessidade de cablagem para garantir a conectividade, além da flexibilidade e redução de custos de alteração dos locais de implementação.

Características técnicas

A passadeira inteligente deverá ser obrigatoriamente constituída por duas colunas metálicas, com as seguintes características mínimas:

- Poste metálico com 4000 mm de altura e 200mm de diâmetro, com uma portinhola de 600mm por 140mm a 500mm da base. O sistema de alerta de peões e condutores, com tecnologia LED, deverá estar posicionado a 3000mm e 2430mm da base, respetivamente, com tamanhos de 30mm e 540mm por 55mm. O sensor de vídeo analítico deverá ser montado entre 200mm e 530mm do topo, utilizando um suporte rotativo de 360º e uma abertura de 180º a 150mm da base do sensor. A base do poste deverá ter 400mm por 400mm, com cantos arredondados (R25) e orifícios de 45mm x 30mm para fixação. No centro, deverá existir uma abertura de 190mm;
- O sistema de fixação do sensor analítico deverá permitir a fixação de sistema de conectividade, sistema de gestão e comando não podendo ultrapassar os 750mm;
- Deverá cumprir as normas EN40 + EN ISO 1461 + EN 12994;
- Sensor dedicado à analítica de imagem deverá ter 148mm de diâmetro, com uma altura máxima de 122mm, deverá integrar a solução deverá possuir as seguintes características:
 - A tecnologia da passadeira inteligente deverá ser baseada em sensores de imagem com capacidades de IA (Inteligência Artificial), para processamento e geração de analítica localmente;
 - O sensor de imagem possui processador integrador com hardware dedicado para oferecer suporte ao machine learning avançado e à análise de vídeo baseada em redes neurais;
 - O sensor de imagem (integrado na coluna) deverá ter um design robusto para ambientes exigentes que excedem os recursos das câmaras IP convencionais, em cumprimento com as seguintes normas:
 - Processamento das imagens: O sistema deverá ser capaz de realizar o processamento das imagens localmente, com envio dos metadados anonimizados via conectividade móvel 5G;
 - A tecnologia do sistema de monitorização de tráfego deverá ser baseada em sensores de imagem com capacidades de IA (Inteligência Artificial), para processamento e geração de analítica localmente;
 - O sensor de imagem deverá possuir processador integrado com hardware dedicado para oferecer suporte ao machine learning avançado e à análise de vídeo baseada em redes neuronais;
 - O sensor de imagem (integrado na coluna) deverá ter um design robusto para ambientes exigentes;
 - O sensor deverá possuir uma resolução de 2MP, com as seguintes características: sensor CMOS 1/2.8-polegadas;
 - O sensor de imagem deverá possuir a norma de proteção de impacto IK10;
 - O sensor de imagem deverá ser resistente a várias condições climáticas, incluindo chuva;
 - O sensor de imagem deverá ter os seguintes requisitos em termos de consumo energético:
 - PoE: 4.8 W / 7.3 W; 12 VDC: 4.08 W / 6.84 W;
 - 24 VAC: 4.07 W / 6.75 W;

- O sistema deverá possuir baterias para funcionamento, com as seguintes características:
 - Grupo de baterias com tensão elétrica de 24V DC, alimentadas com uma capacidade instalada de 36 Ah;
 - Alimentação por sistema de carregador dedicado em regime noturno, com entrada entre 200-240V AC e saída a 28.8V DC;
 - Indicadores de carga e carga total;
 - Proteção de curto de circuito elétrico;
 - Proteção de inversão de polaridade elétrica;
 - Proteção de temperatura;
- Sistema de conectividade, com as seguintes características:
 - 2 x LTE antennas (swivel, SMA male);
 - 1 x WiFi antenna (swivel, RP-SMA male);
- Certificações: Certificação CE.

Instalação e implementação de colunas de monitorização de tráfego

O Município pretende tornar o seu Bairro Comercial Digital um local seguro para os seus visitantes e munícipes através de sistema de monitorização permanente com recurso a sensores de imagem que emitem alertas de situações anómalas que possam pôr em causa a segurança e o bom funcionamento do Bairro, nomeadamente na deteção de intrusos, contagem de veículos com categorização dos mesmos, estacionamento indevido, acumulação de resíduos, entre outros. Nesta solução pretende-se a aquisição de 2 (duas) colunas de monitorização de tráfego, com independência energética por via de baterias e painel solar, que deverão permitir a contagem de veículos, com categorização dos mesmos (motociclos, ligeiros, pesados, etc.), para fornecer informações úteis para tomadas de decisão e estudos de mobilidade.

Funcionalidades mínimas obrigatórias

O sistema de alarmística deverá permitir, através de sensores de imagem, a contagem de pessoas e veículos, com categorização dos últimos (motociclos, ligeiros, pesados, etc.), para fornecer informações úteis para tomadas de decisão e estudos de mobilidade, com as seguintes funcionalidades mínimas obrigatórias:

- O sistema deverá ter a capacidade de contar os peões que estejam no campo de visão da câmara, indicando o sentido do seu trajeto, de forma anonimizada;
- O sistema deverá ter a capacidade de contar os veículos que passam no campo de visão do sensor de imagem, indicando o sentido do seu trajeto e indicando a sua tipologia (ligeiro, pesado, bicicleta), de forma anonimizada;
- O sistema deverá ser capaz de distinguir entre motociclos e bicicletas;
- O sistema deverá ser capaz de distinguir entre autocarros e outros veículos pesados;
- O sistema deverá ser capaz de medir a velocidade de passagem dos veículos;
- O sistema deverá ser capaz de medir o tempo em que os veículos estão parados;
- O sistema deverá ser capaz de detetar ocupações indevidas;
- O sistema deverá ser capaz de detetar veículos em contra-mão;

- O sistema deverá ser capaz de detetar mais de 100 objetos em cena (pessoas ou veículos);
- Contagem de lugares de estacionamento: desde que a localização de instalação do sensor assim o permita, o sensor deverá ter a capacidade de gerar informação sobre o número de lugares de estacionamento vagos/ocupados em parque de estacionamento;
- O sistema deverá estar em conformidade com as regulamentações de proteção de dados, como o RGPD, garantindo que não há gravação de imagens e preservando a privacidade dos indivíduos;
- O sistema deverá estar conectado a uma central de comando e controlo e monitorização, deverá permitir o acesso remoto aos dados e a gestão da solução;
- A solução deverá incluir comunicações móveis necessárias, assentes em tecnologias standard e bandas licenciadas, por forma a evitar a necessidade de cablagem para garantir a conectividade;
- O sistema deverá permitir a visualização dos dados gerados pelos sensores de imagem a partir de um dashboard dedicado. Deverá permitir ainda o envio de dados atualizados ao dia para a plataforma de análise de mobilidade.

Características técnicas

A coluna de monitorização de tráfego rodoviário deverá possuir as seguintes características mínimas:

- Poste metálico com 4000mm por 200mm com uma portinhola a 500mm da base com 600mm por 140mm. O sensor de imagem deverá estar obrigatoriamente compreendido entre os 200mm e os 530mm da parte superior, usando um sistema de suporte rotativo, a 360º, sendo o sensor fixo a 150mm usando uma abertura de 180º por 330mm de altura. O sistema de fixação ao chão deverá ser por base de 400mm por 400mm, usando um R25 nos seus vértices, assim como aberturas de 45mmx30mm para a sua fixação e ao centro deverá ter uma abertura de 190mm;
- O sistema de fixação do sensor analítico deverá permitir a fixação de sistema de conectividade, sistema de gestão e comando não podendo ultrapassar os 750mm;
- Deverá cumprir as normas EN40 + EN ISO 1461 + EN 12994;
- Sensor dedicado à análise de imagem deverá ter 148mm de diâmetro, com uma altura máxima de 122mm, deverá integrar a solução deverá possuir as seguintes características:
 - A tecnologia do sistema de monitorização de tráfego deverá ser baseada em sensores de imagem com capacidades de IA (Inteligência Artificial), para processamento e geração de análise localmente;
 - O sensor de imagem deverá possuir processador integrador com hardware dedicado para oferecer suporte ao machine learning avançado e à análise de vídeo baseada em redes neurais;
 - O sensor de imagem (integrado na coluna) deverá ter um design robusto para ambientes exigentes que excedem os recursos das câmaras IP convencionais, em cumprimento com as seguintes normas:
 - Processamento das imagens: O sistema deverá ser capaz de realizar o processamento das imagens localmente, com envio dos metadados anonimizados via conectividade móvel 5G;

- A tecnologia do sistema de monitorização de tráfego deverá ser baseada em sensores de imagem com capacidades de IA (Inteligência Artificial), para processamento e geração de análise localmente;
 - O sensor de imagem deverá possuir processador integrado com hardware dedicado para oferecer suporte ao machine learning avançado e à análise de vídeo baseada em redes neurais;
 - O sensor de imagem (integrado na coluna) deverá ter um design robusto para ambientes exigentes;
 - O sensor deverá possuir uma resolução de 2MP, com as seguintes características: sensor CMOS 1/2.8-polegadas;
 - O sensor de imagem deverá possuir a norma de proteção de impacto IK10;
 - O sensor de imagem deverá ser resistente a várias condições climáticas, incluindo chuva;
 - O sensor de imagem deverá ter os seguintes requisitos em termos de consumo energético:
 - PoE: 4.8 W / 7.3 W; 12 VDC: 4.08 W / 6.84 W;
 - 24 VAC: 4.07 W / 6.75 W;
 - O sistema deverá contemplar ainda um módulo de independência energética com as seguintes características:
 - Painel solar:
 - a. Potência Nominal: 115 W/12v;
 - b. Peso: 9kg;
 - c. Dimensões: 1030 x 668 x 30mm;
 - Baterias:
 - a. 12.8V / 40Ah;
 - b. 2500 ciclos de carga;
 - c. Temperatura @carga: +0°C a +45°C;
 - d. Temperatura @descarga: -20°C a +50°C;
- Sistema de conectividade, que permita a tecnologia 5G;
 - Certificações: Certificação CE.

Instalação de solução de slots de entregas digitais (cacifos digitais)

No sentido de conferir uma maior conveniência (horários, recolha de encomenda, simplificação do processo, melhoria da experiência de compra) a todos aqueles que efetuam compras no Bairro Comercial Digital, pretende-se que seja disponibilizado um sistema outdoor de slots de entregas digital que permita que os utilizadores possam recolher as suas encomendas através de um processo simplificado, cómodo, tecnologicamente evoluído, e mais sustentável sob o ponto de vista ambiental.

Pretende-se que cada aderente ao bairro tenha acesso aos cacifos de forma a colocar lá as encomendas e enviar uma notificação por SMS/email ao cliente contendo um pin de acesso ao cacifo correspondente, podendo recolher a sua encomenda de forma autónoma e sem limitação de horários.

Pretende-se que cada um dos sistemas seja constituído por um conjunto de, no mínimo, 32 (trinta e dois) espaços (cacifos) de dimensões variadas para melhor albergar as dimensões das encomendas efetuadas e um display através do qual o destinatário irá interagir para desbloquear a porta desse espaço onde se encontra a sua.

Especificações técnicas mínimas de cada sistema

- CPU:
 - Intel N6210 ou equivalente;
 - 2GB de RAM;
 - 32 GB EEMC;
- Ecrã tátil:
 - Dimensão mínima de 10,1”;
 - Resolução de 1280x800px 24Bits;
 - 10 touch PCAP;
- Comunicações:
 - Ethernet;
 - Wifi;
 - 4G, ou preferencialmente 5G;
- Controlador de Portas:
 - Ligação de comunicação Modubus;
 - Até 30 módulos;
 - Sistema anti-gelo;
- Leitor de códigos de barras/QR:
 - 1D / 2D CMOS Sensor;
 - Até 100.000 Lux;
 - Mobile Screen / Paper Media;
 - Som de confirmação de leitura;
- Pintura:
 - Revestimento com pintura electroestática;
 - Porta RAL7035;
 - Estrutura RAL 7045;
- Fechaduras:
 - Sensor de portas fechadas;
 - Abertura de portal de 70mm;
 - MTBF: 500.000 ciclos;

- Switch Omron;
- Estrutura em aço:
 - Portas: 1.5mm aço inoxidável (DC01)
 - Estrutura: 1.2mm aço inoxidável (DC01)
- Ambiente:
 - 0 a 40 graus celsius;
 - 100% de humidade;
 - Iluminação LED;
- Dimensões das gavetas:
 - Pequena: 12 gavetas com 484 x 103 x 575mm cada;
 - Média: 15 gavetas com 484 x 214 x 575mm cada;
 - Grande: 4 gavetas com 484 x 369 x 575mm cada;
 - Extra Grande: 2 gavetas com 484 x 657 x 575mm cada;
- Energia: 230Vac / 50Hz;
- Consumo Energético: 15W em stand by e 25 W no máximo em utilização;
- Alta resistência a chuva e condições climáticas adversas;
- Iluminação LED para levantamento de encomendas à noite;
- Dimensões máximas do sistema:
 - Largura de 201mm;
 - Altura de 202mm;
 - Profundidade de 58mm;

Implementação de um sistema de monitorização e sustentabilidade ambiental

Pretende-se a aquisição de um sensor de monitorização ambiental que tem como principal objetivo a análise de parâmetros relativos à qualidade do ar, nomeadamente, temperatura, humidade, pressão atmosférica, ruído, emissão de partículas, CO e CO₂.

O sensor de monitorização ambiental deverá cumprir com as seguintes características técnicas mínimas:

- Dimensões: O sensor deve possuir dimensões de 200 x 153 x 185 mm e um peso inferior a 2.3kg, garantindo facilidade de instalação e manuseio;
- Invólucro: O invólucro deverá ser construído com materiais de alta qualidade, incluindo PMMA, policarbonato e aço inoxidável, assegurando durabilidade e resistência às condições ambientais;
- Condições de Operação | Humidade Relativa: Com uma gama de operação entre -20°C e +60°C, o sensor deve ser capaz de funcionar eficientemente em diversas condições climáticas;
- Classificação de Proteção: O sensor deve possuir classificação IP65, garantindo proteção eficaz contra poeira e água, e, assim, prolongando a sua vida útil;

- **Bateria:** Íon de Lítio de 2.9Ah ou 20Ah, o sensor deve proporcionar flexibilidade e autonomia adequada para diversas aplicações;
- **Fonte de Alimentação Externa:** 7 – 12 Vdc para carregador ou 6 Vdc para painel solar, o sensor deve possibilitar múltiplas opções de alimentação externa;
- **Consumo de Energia:** O consumo de energia deve variar entre 0.08 e 0.55W;
- **Comunicações:** O sensor deve ser capaz de comunicar através de redes móveis;
- **Sensores Integrados:** O sensor deve incluir sensores integrados para:
 - Temperatura;
 - Humidade;
 - Pressão atmosférica;
 - Concentrações de partículas PM 2.5 e PM10;
 - Medição de nível de ruído;
 - Concentrações de CO (Monóxido de Carbono) e CO2 (Dióxido de Carbono);
- Períodos de medição varia entre 10 segundos a 24 horas;
- Períodos de Envio: 5 minutos a 24 horas;
- Módulo SIM: O sensor ambiental deverá conter um suporte para cartão SIM para comunicações 4G/5G.

Implementação de um sistema de alarmística

O Município pretende tornar o seu Bairro Comercial Digital um local seguro para os seus visitantes e munícipes através de sistema de monitorização permanente com recurso a sensores de imagem que emitam alertas de situações anómalas que possam pôr em causa a segurança e o bom funcionamento do Bairro, nomeadamente na deteção de intrusos, contagem de veículos com categorização dos mesmos, estacionamento indevido, acumulação de resíduos, entre outros. Nesta solução pretende-se 2 (dois) sensores de alarmística que deverão permitir a contagem de veículos, com categorização dos mesmos (motociclos, ligeiros, pesados, etc.), para fornecer informações úteis para tomadas de decisão e estudos de mobilidade. O Município deverá poder visualizar os dados analíticos fornecidos por esta solução na plataforma agregadora existente no Município.

Funcionalidades mínimas obrigatórias

O sistema de alarmística deverá permitir, através de sensores de imagem, a contagem de pessoas e veículos, com categorização dos últimos (motociclos, ligeiros, pesados, etc.), para fornecer informações úteis para tomadas de decisão e estudos de mobilidade, com as seguintes funcionalidades mínimas obrigatórias:

- O sistema deverá ter a capacidade de contar os peões que estejam no campo de visão da câmara, indicando o sentido do seu trajeto, de forma anonimizada;
- O sistema deverá ter a capacidade de contar os veículos que passam no campo de visão do sensor de imagem, indicando o sentido do seu trajeto e indicando a sua tipologia (ligeiro, pesado, bicicleta), de forma anonimizada;
- O sistema deverá ser capaz de distinguir entre motociclos e bicicletas;
- O sistema deverá ser capaz de distinguir entre autocarros e outros veículos pesados;

- O sistema deverá ser capaz de medir a velocidade de passagem dos veículos;
- O sistema deverá ser capaz de medir o tempo em que os veículos estão parados;
- O sistema deverá ser capaz de detetar ocupações indevidas;
- O sistema deverá ser capaz de detetar veículos em contra-mão;
- O sistema deverá ser capaz de detetar mais de 100 objetos em cena (pessoas ou veículos);
- Contagem de lugares de estacionamento: desde que a localização de instalação do sensor assim o permita, o sensor deverá ter a capacidade de gerar informação sobre o número de lugares de estacionamento vagos/ocupados em parque de estacionamento;
- O sistema deverá estar em conformidade com as regulamentações de proteção de dados, como o RGPD, garantindo que não há gravação de imagens e preservando a privacidade dos indivíduos;
- O sistema deverá estar conectado a uma central de comando e controlo e monitorização, deverá permitir o acesso remoto aos dados e a gestão da solução;
- A solução deverá incluir comunicações móveis necessárias, assentes em tecnologias standard e bandas licenciadas, por forma a evitar a necessidade de cablagem para garantir a conectividade;
- O sistema deverá permitir a visualização dos dados gerados pelos sensores de imagem a partir de um dashboard dedicado. Deverá permitir ainda o envio de dados atualizados ao dia para a plataforma de Análítica de Mobilidade.

Características técnicas

O hardware que integra a solução deverá possuir sensor de imagem com as seguintes características mínimas:

- O sistema deverá ser capaz de realizar o processamento das imagens localmente, com envio dos metadados anonimizados via conectividade móvel;
- A tecnologia do sistema de monitorização de tráfego deverá ser baseada em sensores de imagem com capacidades de IA (Inteligência Artificial), para processamento e geração de analítica localmente;
- O sensor de imagem deverá possuir processador integrado com hardware dedicado para oferecer suporte ao machine learning avançado e à análise de vídeo baseada em redes neurais;
- O sensor de imagem deverá ter um design robusto, sendo capaz de operar em condições ambientais adversas, incluindo temperaturas extremas, humidade, poeira e água;
- O sensor de imagem deverá ter uma classificação de proteção de IP66 e NEMA Tipo 4X;
- O sensor de imagem deverá possuir no mínimo 2MP, com as seguintes características: sensor CMOS 1/2.8-polegadas;
- O sensor de imagem deverá ter visão noturna ativada/desativada automaticamente ou manualmente;
- As lentes óticas do sensor de imagem deverão ser adequadas para operação com iluminação IR e deverão ter zoom e foco motorizados;
- O sensor de imagem deverá oferecer ajuste manual em três eixos (panorama, inclinação e rotação) e ser resistente a impactos;

- O sensor de imagem deverá incluir segurança de dados abrangente, incluindo criptografia e proteção contra acesso não autorizado;
- O sensor de imagem deverá ser compatível com diversos protocolos de rede, suportando IPv4 e IPv6;
- O sensor de imagem deverá possuir a norma de proteção de impacto IK10;
- O sensor de imagem deverá ter os seguintes requisitos em termos de consumo energético:
 - PoE: 4.8 W / 7.3 W; 12 VDC: 4.08 W / 6.84 W;
 - 24 VAC: 4.07 W / 6.75 W;
- O sensor de imagem deverá ser resistente a várias condições climáticas, incluindo chuva;
- O sistema deverá ser instalável em poste de iluminação público pré-existente, ou em coluna própria;
- Para locais onde não exista iluminação pública, a instalação do sistema deverá contemplar ainda um módulo de independência energética com as seguintes características:
 - Painel solar:
 - Potência nominal: 115 W/12v;
 - Peso: 9kg;
 - Dimensões: 1030 x 668 x 30mm;
 - Baterias:
 - 12.8V / 40Ah;
 - 2500 ciclos de carga;
 - Temperatura @carga: +0°C a +45°C;
 - Temperatura @descarga: -20°C a +50°C.

PARTE III – Cláusulas de Proteção de Dados

Cláusula 36. Definições e Interpretação

36.1. Todas as expressões em maiúsculas não definidas que sejam utilizadas na presente Adenda/Cláusula/Capítulo terão o mesmo significado, conforme estipulado no contrato.

36.2. As expressões “responsável pelo tratamento”, “subcontratante de tratamento de dados”, “dados pessoais”, “tratamento” e “medidas técnicas e organizativas adequadas”, “autoridade de controlo relevante” terão o significado que lhe é atribuído pelo RGPD e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais (“legislação aplicável”).

36.3. Em caso de conflito ou divergência entre os termos da presente Adenda/Cláusula/Capítulo e os termos do contrato, na medida em que se refiram ao tratamento dos dados pessoais, os termos aqui presentes prevalecerão.

Cláusula 37. Princípios Gerais

37.1. A execução do objeto do contrato a celebrar implica o acesso e tratamento de dados pessoais, pelo que está sujeito ao regime jurídico definido no Regulamento (UE) 2016/679, Lei 58/2019 de 8 de agosto e restante legislação aplicável.

37.2. Sem prejuízo das obrigações específicas aqui presentes, o prestador obriga-se a cumprir as disposições daquele Regulamento em tudo quanto for aplicável à execução do contrato a celebrar.

37.3. O prestador obriga-se ainda a tomar conhecimento, cumprir e apoiar a Câmara Municipal de Mangualde no cumprimento da sua Política de Privacidade, disponível para consulta no site oficial do mesmo.

37.4. De acordo com o artigo 28.º, n.º 1 do RGPD, *“o responsável pelo tratamento recorre apenas a subcontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos do presente regulamento e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados”*.

37.5. Conforme dispõe ainda o artigo 28.º, n.º 3 do RGPD, o contrato entre o responsável pelo tratamento e subcontratante relativo ao tratamento de dados pessoais pelo segundo por conta do primeiro *“é regulado por contrato ou outro ato normativo”*, sendo que o n.º 9 do mesmo artigo define que o contrato ou outro ato normativo deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.

37.6. Ainda no n.º 3 do mesmo preceito, este estabelece um conjunto de estipulações a constar obrigatoriamente do contrato que titula aquela relação de subcontratação, sendo que o subcontratante *“trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do responsável pelo tratamento”*.

37.7. Impõe-se, por isso, regular os termos em que o Prestador efetua o processamento de Dados por conta da Cliente no quadro da execução dos serviços objeto deste contrato.

Cláusula 38. Obrigações Gerais

38.1. Os dados pessoais a que o Prestador tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Câmara Municipal de Mangualde, ao abrigo do Contrato, serão tratados pelo Prestador, na qualidade de subcontratante, em estrita observância de instruções documentadas da Câmara Municipal de Mangualde, na qualidade de responsável pelo tratamento, e apenas na medida e conforme necessário à prestação dos Serviços.

38.2. A Câmara Municipal de Mangualde prestará toda a cooperação e informação que o Prestador possa razoavelmente solicitar de forma a permitir que o Prestador cumpra as suas obrigações nos termos do presente, em conformidade com o disposto na legislação Aplicável.

Cláusula 39. Obrigações Específicas do Prestador em Matéria de Proteção dos Dados Pessoais

39.1. Constituem obrigações específicas do Prestador no âmbito da proteção dos dados pessoais a que tenha acesso e que sejam objeto de tratamento no âmbito da execução do presente contrato:

- a)** Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
- b)** Prestar a cooperação, assistência e informação necessárias para que a Câmara Municipal de Mangualde possa cumprir as suas obrigações decorrentes da Legislação Aplicável, incluindo em caso de exercício de direitos pelos titulares dos dados e assim cooperar e cumprir as orientações ou decisões da autoridade de controlo relevante;
- c)** Dispor de medidas técnicas e organizativas adequadas ao cumprimento da Legislação Aplicável e reunir todas as condições para executar as obrigações que para si advêm do contrato/adenda, em relação ao tratamento de dados pessoais, de forma a assegurar que a Câmara Municipal de Mangualde não incorra em violação de qualquer das suas obrigações quanto ao tratamento de dados pessoais;
- d)** Dispor de medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança dos dados adequados ao risco, em particular contra a destruição, perda e alterações acidentais ou ilícitas, e divulgação ou acesso não autorizados aos dados pessoais;
- e)** Disponibilizar à Câmara Municipal de Mangualde todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de Proteção de Dados;

- f)** Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da Câmara Municipal de Mangualde, ou decorrente de obrigação legal;
- g)** Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- h)** Garantir que os seus colaboradores ou quaisquer outras pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade, aceitando vincular-se a obrigações idênticas às que se aplicam ao Prestador nos termos deste Acordo/Contrato, adotando também as medidas de segurança correspondentes;
- i)** Apoiar a Câmara Municipal de Mangualde na resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
- j)** Disponibilizar, a pedido da Câmara Municipal de Mangualde e mediante um pré-aviso razoável, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações acima, bem como permitir que representantes da Câmara Municipal de Mangualde auditem a conformidade do Prestador com os requisitos na presente Adenda/Contrato e na legislação aplicável.
- k)** Permitir o acesso da Câmara Municipal de Mangualde aos suportes de tratamento de dados pessoais, no que respeita ao registo dos tratamentos efetuados, para efeitos de auditoria e verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais inerentes;
- l)** Prestar todos os esclarecimentos que lhe sejam exigidos pela Câmara Municipal de Mangualde, através do seu Encarregado da Proteção de Dados, no âmbito da aplicação dos presentes termos;
- m)** Informar prontamente a Câmara Municipal de Mangualde sempre que seja intimado por qualquer autoridade competente, incluindo tribunais, órgãos de polícia criminal ou a CNPD, a fornecer acesso a Dados, bem como a colaborar com a Câmara Municipal de Mangualde e atuar em resposta a tais intimações de acordo com as instruções legítimas recebidas da Câmara Municipal de Mangualde;

39.2. O Prestador declara oferecer garantias suficientes e adequadas de que se encontra apto ao desempenho das obrigações que para si decorrem da presente Adenda/Contrato/Caderno de Encargos e que implementará os processos apropriados e todas as medidas técnicas associadas que assegurem que as instruções da Câmara Municipal de Mangualde possam ser convenientemente executadas.

39.3. Finda a vigência do contrato, o Prestador tem a obrigação, consoante a escolha da Câmara Municipal de Mangualde de eliminar/apagar ou devolver, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a Câmara Municipal de Mangualde, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo da legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

Cláusula 40. Obrigações da Câmara Municipal de Mangualde

40.1. A Câmara Municipal de Mangualde obriga-se a cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados (“CNPD”), nas instruções fornecidas ao Prestador quanto aos tratamentos de Dados efetuados por sua conta ao abrigo desta Adenda/Caderno de Encargos/Contrato.

40.2. A Câmara Municipal de Mangualde, na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento cumprirá com as seguintes obrigações:

- a)** Facultar o acesso ao prestador aos dados pessoais que sejam necessários para a prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar;
- b)** Supervisionar o tratamento, incluindo através da realização de inspeções e auditorias.
- c)** No caso de a Câmara Municipal de Mangualde realizar uma auditoria, esta avisará o Prestador previamente e com um prazo razoável. Se for caso disso, a Câmara Municipal de Mangualde obriga-se ainda a realizar a auditoria de forma a criar o mínimo de obstáculos possível à atividade do Prestador.
- d)** O direito de auditoria não inclui o direito de a Câmara Municipal de Mangualde aceder a informação própria do Prestador ou de Terceiros.

Cláusula 41. Responsabilidades

41.1. O prestador será responsável por qualquer prejuízo que a Câmara Municipal de Mangualde venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do Prestador, e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação do disposto nesta adenda/contrato e/ou legislação aplicável.

41.2. Para efeitos da presente Adenda/Contrato, por “colaborador” entende-se toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que forneça serviços ao Prestador, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo estabelecido entre o Prestador e o referido colaborador.

Cláusula 42. Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados

42.1. Quando solicitado pela Câmara Municipal de Mangualde, o Prestador colocará à sua disposição todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento pela Câmara Municipal de Mangualde da legislação aplicável.

42.2. O Prestador auxiliará a Câmara Municipal de Mangualde na concretização de quaisquer avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto do contrato, nos termos do RGPD.

42.3. O Prestador, após a realização das devidas avaliações de impacto, também colaborará com a Câmara Municipal de Mangualde na implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade identificados.

Cláusula 43. Violações de Segurança de Dados e Requisitos de Notificação

43.1. O Prestador obriga-se a notificar a Câmara Municipal de Mangualde de forma imediata, e em qualquer circunstância no prazo máximo de 24 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato a fim de permitir à Câmara Municipal de Mangualde, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º e 35.º do RGPD.

43.2. A notificação de violação de dados deverá incluir:

- a) Uma descrição detalhada da violação de dados;
- b) O tipo de dados que foram objeto de violação de segurança;
- c) As categorias e o número de titulares afetados (ou aproximado, caso não seja possível definir;
- d) Uma descrição das consequências prováveis da violação de segurança,
- e) Uma descrição das medidas adotadas ou propostas para serem realizadas pelo Prestador para tratar a violação de segurança, incluindo, quando apropriado, as medidas para mitigar os seus possíveis efeitos adversos.

43.3. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

43.4. O Prestador deve tomar medidas imediatas para investigar a violação de segurança e para identificar, prevenir e fazer todos os esforços para mitigar os efeitos de uma eventual violação de segurança de acordo com as suas obrigações, nos termos desta Adenda/Contrato e, mediante acordo prévio com a Câmara Municipal de Mangualde, para realizar qualquer recuperação ou outra ação necessária para sanar a violação de segurança.

43.5. O Prestador não deve disponibilizar ou publicar qualquer ficheiro, comunicação, aviso, *press release*, ou relatório sobre qualquer violação de segurança em relação aos dados pessoais sem aprovação prévia, por escrito, da Câmara Municipal de Mangualde.

Cláusula 44. Incumprimento

44.1. O Prestador indemnizará a Câmara Municipal de Mangualde por todos os custos por esta incorridos em virtude de quaisquer procedimentos, queixas ou medidas contra esta, resultantes de qualquer incumprimento das garantias e obrigações constantes da presente Adenda/Caderno de Encargos/Contrato por parte do Prestador.

Cláusula 45. Cláusula Informativa

45.1. Os dados pessoais das pessoas singulares que intervenham na assinatura e na gestão e execução do contrato a celebrar em nome e representação e/ou por conta de cada uma das partes, serão tratados sob a responsabilidade da parte recetora, para a celebração, desenvolvimento, manutenção e controlo do contrato e cumprimento das suas respetivas obrigações legais.

45.2. O titular dos dados pessoais poderá exercer os direitos de acesso, retificação, oposição apagamento, portabilidade, limitação do tratamento, bem como quaisquer outros direitos que sejam reconhecidos na lei, relativamente ao tratamento de que cada parte é respetivamente responsável, dirigindo-se por escrito, à atenção do respetivo responsável ou encarregado da proteção de dados.

45.3. O tratamento dos dados é necessário para as finalidades indicadas anteriormente e os seus fundamentos de legitimidade são:

- a)** a celebração, execução, cumprimento e controlo da relação contratual entre as partes e;
- b)** o cumprimento de obrigações legais a que a Câmara Municipal de Mangualde está sujeita.